

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

AMANDA SILVA ARAUJO

CORPOS VISÍVEIS: experiências de mulheres cuir desfeminilizadas.

Imperatriz/MA

2026

AMANDA SILVA ARAUJO

CORPOS VISÍVEIS

Experiências de mulheres cuir desfeminilizadas

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia para obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanda Pantoja.

Imperatriz/MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Araujo, Amanda.

CORPOS VISÍVEIS: experiências de mulheres cuir
desfeminilizadas / Amanda Silva Araujo. - 2026.
88 f.

Orientador(a): Vanda Maria Leite Pantoja.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz-ma, 2026.

1. Mulheres Desfeminilizadas. 2. Teoria Queer. 3.
Escrevivência. I. Maria Leite Pantoja, Vanda. II. Título.

AMANDA SILVA ARAUJO

CORPOS VISÍVEIS

Experiências de mulheres cuir desfeminilizadas

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
Sociologia para obtenção do título de
Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanda Pantoja.

Banca Examinadora

Dra. Vanda Maria Leite Pantoja (Orientadora)
PPGS-UFMA

Dra. Amanda Pereira Gomes (examinador interno)
PPGS - UFMA

Dra. Chirley Rodrigues Mendes (examinador externo)
LCS/CEHS - UFNT

Imperatriz/MA

2026

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é a continuidade de um sonho que, por muito tempo, acreditei não me pertencer. É parte de uma história que vem sendo escrita desde o instante em que meus pais escolheram acreditar que eu poderia, e assim me acompanharam neste caminho. A eles agradeço não apenas pelos recursos materiais, mas, sobretudo, pela paciência e pelo amor com que sustentaram cada escolha que fiz.

Este trabalho também é reflexo dos muitos caminhos que nossos corpos podem inventar e percorrer. Por isso, agradeço profundamente às minhas interlocutoras, que com coragem e generosidade compartilharam suas experiências, abrindo veredas de potência e de possibilidade.

À minha noiva, dedico uma gratidão que não cabe em palavras: obrigada pela escuta e pelo companheirismo, por mergulhar comigo neste processo e me lembrar, todos os dias, que para além das lutas existe o amor, e que é esse amor que nos salva, sobretudo quando habitamos corpos tão vigiados. Obrigada por caminhar de mãos dadas comigo há sete anos, dividindo medos e multiplicando afetos.

Agradeço as minhas companheiras de jornada Ana e Eula, por compartilharem comigo risos e confusões, por me fazerem pensar que tudo poderia ser mais leve e fácil e pelos momentos em que lembramos umas às outras que éramos capazes, vocês foram imprescindíveis e sem vocês nada disso seria possível.

E, por fim, agradeço a todos que lerem estas páginas, a todas que ousam viver uma sexualidade visível. Obrigada pela coragem de existir e resistir, mesmo em um mundo que tantas vezes se esquece de ser amoroso.

RESUMO

Essa dissertação, intitulada “Corpos Visíveis: Experiências de mulheres cuir desfeminilizadas” investigou as dinâmicas sociais, culturais e políticas que atravessam as vivências de mulheres desfeminilizadas. A questão norteadora do estudo foi: como corpos desfeminilizados atravessam e são atravessados em uma sociedade orientada pelo padrão heteronormativo? Para responder a essa problemática, buscou-se: a) identificar marcadores sociais que distinguem corpos masculinos de femininos; b) discutir, do ponto de vista teórico, como a heteronormatividade afeta mulheres que não seguem os padrões normativos; e c) analisar as vivências e estratégias de resistência de mulheres queer desfeminilizadas. Ancorada nos Estudos de Gênero e Sexualidade, a pesquisa articula as contribuições da Escrivivência e da Hermenêutica Vivencial como caminhos teórico-metodológicos para compreender as experiências narradas pelas sujeitas da pesquisa. Adota-se uma abordagem qualitativa, baseada na realização de entrevistas em profundidade com mulheres que se identificam como desfem, valorizando suas trajetórias, memórias e formas de significar o próprio corpo. Os resultados evidenciam que os corpos desfeminilizados ocupam um lugar de ambiguidade social: ao mesmo tempo em que são alvos de controle, vigilância e deslegitimação, também contituem espaços de criação política, ruptura normativa e elaboração de novas formas de subjetividade. Ao contribuir para a visibilização dessas experiências, a pesquisa tensiona categorias normativas de gênero e amplia o debate sobre dissidências corporais no contexto brasileiro, especialmente a partir de uma perspectiva situada no Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres desfeminilizadas; Teoria Queer; Escrivivência; Corpos dissidentes.

ABSTRACT

This dissertation, entitled “Visible Bodies: Experiences of Defeminized Queer Women,” investigated the social, cultural, and political dynamics that permeate the experiences of defeminized women. The guiding question of the study was: how do defeminized bodies traverse and are traversed in a society oriented by heteronormative standards? To answer this question, the research sought to: a) identify social markers that distinguish male from female bodies; b) discuss, from a theoretical point of view, how heteronormativity affects women who do not follow normative standards; and c) analyze the experiences and resistance strategies of defeminized queer women. Anchored in Gender and Sexuality Studies, the research articulates the contributions of Writing-Reflection and Experiential Hermeneutics as theoretical and methodological paths to understand the experiences narrated by the research subjects. A qualitative approach is adopted, based on in-depth interviews with women who identify as defeminized, valuing their trajectories, memories, and ways of signifying their own bodies. The results show that defeminized bodies occupy a place of social ambiguity: while they are targets of control, surveillance, and delegitimization, they also constitute spaces for political creation, normative rupture, and the elaboration of new forms of subjectivity. By contributing to the visibility of these experiences, the research challenges normative categories of gender and broadens the debate on bodily dissidence in the Brazilian context, especially from a perspective situated in the Northeast.

KEYWORDS: Defeminized women; Queer Theory; Writing-experience; Dissident bodies.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de produções acadêmicas sobre mulheres desfeminilizadas	17
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias e outras identidades

SciELO – Scientific Electronic Library Online

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFNT – Universidade Federal do Norte do Tocantins

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1.1	ESTADO DA ARTE ACERCA DO TEMA.....	20
1.2	RESULTADOS DO LEVANTAMENTO.....	21
1.3	O ENCONTRO COM O TEMA E A CONSTRUÇÃO DO OLHAR PESQUISADOR	24
1.4	ESCREVIVÊNCIA E HERMENÊUTICA VIVENCIAL.....	28
1.5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
2	CORPOS EM DISPUTA: NORMATIVIDADE, INVISIBILIDADE E DESFEMINILIZAÇÃO	38
2.1	A CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE COMO NORMA.....	39
2.2	DESFEMINILIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL DOS CORPOS	43
2.3	POTÊNCIA POLÍTICA DOS CORPOS DESFEMINILIZADOS.....	45
3	ENTRE A MARGEM E O CENTRO: O SILÊNCIO E A VOZ DOS CORPOS DISSIDENTES.....	50
3.1	AS VOZES NA MARGEM: ENTRE SILÊNCIO E RESISTÊNCIA.....	51
3.2	INTERSECCIONALIDADE NA EXPERIÊNCIA CUIR	59
3.3	TERRITÓRIO, INTERSECCIONALIDADE E PRODUÇÃO DA DISSIDÊNCIA CUIR	62
3.4	IMAGENS DE CONTROLE E ESCRIVIVÊNCIA COMO PRÁTICA INTERSECCIONAL DE RESISTÊNCIA	65
4	CORPOS VISÍVEIS: MEMÓRIAS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS	71
4.1	TORNAR-SE VISÍVEL: MEMÓRIA, DISSIDÊNCIA E OS PROCESSOS DE AUTO RECONHECIMENTO.....	76
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
6	REFERENCIAS	86
7	ANEXOS	89

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O principal objetivo desta pesquisa está centrado em ouvir e analisar as experiências de mulheres *queer*¹ desfeminilizadas – o termo *queer* é apresentado na pesquisa enquanto uma categoria identitária, proveniente dos estudos desenvolvidos por Judith Butler (2003) através da Teoria Queer, nesse sentido, “Queer, em termos de uma etimologia anglófona, guarda relações de sentido com ‘excêntrico’, ‘estranho’, ‘desajustado’. Somente após os célebres eventos que envolveram a condenação e a prisão do escritor britânico Oscar Wilde, acusado de práticas homossexuais, é que tal termo passaria a ser usado como um tipo de injúria de cunho sexual, marcadamente homofóbica” (BORBA, 2019, apud SILVA, 2020, p.2).

Sua tradução refere-se a “estranho”, “excêntrico”, “raro” ou “extraordinário”, e é inicialmente utilizado enquanto insulto, sobretudo entre o final do século XIX e início do século XX, em contexto americano que são marcados pela patologização e criminalização das dissidências sexuais, como analisado por Michel Foucault (2020) ao discutir a produção histórica da sexualidade enquanto dispositivo de poder.

Ao longo do século XX, especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, em meio à crise da AIDS e à intensificação dos movimentos sociais, o termo passa por um processo de reapropriação política por sujeitos dissidentes. Nesse contexto, conforme aponta Teresa de Lauretis (2021, p. 4):

Foi o movimento de liberação gay da década de 1970 que converteu o termo em uma palavra de orgulho e um signo de resistência política. Igualmente aos termos gay e lésbica, queer designou, em primeiro lugar, um protesto social, e somente em segundo lugar uma identidade pessoal.

¹ Neste trabalho, adoto uma distinção gráfica para o uso do termo *queer*: quando grafado com inicial maiúscula (*Queer*), refere-se à Teoria Queer, especialmente em contextos acadêmicos e conceituais. Já a grafia em minúscula (*queer*) é utilizada para designar identidades, orientações sexuais e práticas políticas no âmbito do ativismo e das vivências sociais, ainda que, nesses contextos, também apareça de forma abreviada como “Q” na sigla LGBTQIAPN+.

Nesse sentido, o termo *queer* emerge como uma categoria crítica voltada à contestação das normatividades sexuais e como uma recusa as identidades fixas.

No campo acadêmico, especialmente a partir dos anos 1990, o termo é incorporado como categoria analítica no interior da Teoria Queer. Judith Butler (2003), ao discutir a performatividade de gênero, propõe que as identidades de gênero não são essências, mas efeitos de práticas discursivas, abrindo espaço para pensar o *queer* como uma forma de subversão das normas que regulam corpos. Em suas palavras “o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente” (BUTLER, 2003, p. 31). Paralelamente, no ativismo, *queer* passa a ser utilizado como forma de autoidentificação política e de contestação a assimilação normativa, como evidenciado por movimentos como Queer Nation, fundado em 1990, que reivindicava o termo como marca de resistência. Sua incorporação na sigla LGBTQIAPN+, representada pela letra “Q”, evidencia tanto sua amplitude quanto sua função de agregar as múltiplas dissidências.

Essa identidade reivindicada sua existência na linguagem e se materializa no corpo, que é tanto alvo de controle social e normativo quanto campo de disputa. Assim, o corpo queer emerge como espaço político e simbólico, no qual se evidenciam as práticas de resistência e a construção de subjetividades que tencionam as fronteiras da cisheteronormatividade. Esse estudo tem como foco, portanto, uma leitura do corpo.

Nessa discussão apresentarei também o termo “cuir” enquanto uma mobilização epistêmica e enunciativa que parte dos países latino americanos, um movimento que surge a partir da necessidade de realocar e localizar a Teoria Queer à realidade de povos latinos que vivem no Sul-Glocal, e que têm suas vivências também marcadas por um processo colonizador que individualiza nossas relações e as diferenciam do que é vivenciado na América do Norte.

Algumas autoras e autores são fundamentais para a compreensão do termo no contexto latino-americano, neste trabalho nos concentraremos em compreender o termo a partir do pensamento da filósofa mexicana Sayak Valencia (2023). Seguindo o pensamento desta, entendemos que,

O cuir visibiliza e dá voz às políticas linguísticas de sobrevivência e aliança entre trans, borders, mestiços, bixas, lésbicas, vestidas, putas e pessoas com deficiências. O cuir representa um estranhamento (ostranienie; desfamiliarização) do termo queer, isto é, uma desautomatização da perspectiva leitora, registrando assim uma

inflexão geopolítica rumo ao sul a partir das periferias em contraofensiva à epistemologia colonial e à historiografia anglo-americana (VALENCIA, 2023, pag. 31).

Dessa forma, utilizarei em nossa discussão o termo “cuir” não apenas como uma variação terminológica do queer cunhado por Butler, mas como um posicionamento teórico-metodológico que busca romper com a universalização do termo *queer* como tangível a todas as experiências de sujeitos e sujeitas dissidentes. O objetivo com a utilização do termo cuir é situar as experiências latino-americanas, que em muitos aspectos divergem com as experiências em que pessoas intituladas queer se encontram.

Antes de avançar na discussão que me proponho fazer, considero importante explicitar brevemente alguns termos que são mobilizados ao longo desta pesquisa. Entre eles estão a noção de lésbica, mulher cis e as performances de gênero associadas à desfeminilização, categorias que orientam a forma como compreendo as sujeitas e as experiências analisadas nesta dissertação.

Neste sentido parto da compreensão de mulher cis ou cisgênera como aquelas que “se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento” (JESUS, 2012). Essa matriz estabelece expectativas específicas sobre feminilidade, aparência e comportamento, que organizam socialmente aquilo que se entende como “ser mulher”. E é justamente em relação a essas expectativas de feminilidade que surgem práticas e performances que tencionam essas normas.

Nesse contexto, a desfeminilização pode ser entendida como um deslocamento ou uma recusa parcial das performances de feminilidade que são atribuídas aos corpos lidos como femininos, produzindo assim outras formas de expressão de gênero. Em nossa discussão, o conceito “expressão de gênero” é mobilizado para se referir aos modos pelos quais o gênero se torna visível e inteligível socialmente, especialmente por meio de elementos como vestimenta, gestualidade, estética corporal, modos de fala e outras práticas corporificadas que comunicam pertencimentos e deslocamentos em relação às normas de gênero.

Entretanto, é importante destacar que o uso do termo “expressão de gênero” não se confunde com uma compreensão essencialista ou voluntarista do gênero como uma mera exteriorização de uma identidade interna. Em diálogo

com a noção de performatividade de gênero desenvolvida por Judith Butler, entendo que o gênero não precede suas expressões, mas é constituído justamente por meio da repetição de atos, gestos e normas que produzem a aparência de uma identidade estável. Assim, enquanto a “expressão de gênero” é aqui utilizada como uma categoria descritiva das materialidades e formas visíveis do gênero no cotidiano, a performatividade permite problematizar essas mesmas expressões como efeitos de regimes normativos que regulam e reiteram o que pode ou não ser reconhecido como gênero legítimo.

A utilização do termo desfeminizada na pesquisa acontece por meio de um deslocamento da categoria *butch* amplamente mobilizadas nos estudos sobre lesbianidades para designar uma expressão de gênero associada à masculinidade entre mulheres lésbica, para um contexto brasileiro. Dessa forma, a categoria *desfem* tem o mesmo peso e significado que o termo *butch*.

Paul Preciado em sua obra intitulada Manisfesto Contrassexual (2017) elucida perfeitamente o corpo *butch* a dizer que “A *butch* produz uma feminilidade alternativa. Sua identidade surge exatamente do desvio de um processo de repetição” (2017, p.214), compreensão essa que abarca o entendimento levantado nesta pesquisa acerca do termo *desfem*.

Utilizo o termo *desfem* como uma tentativa de fazer uma leitura regionalizada do termo, levando em consideração que as experiências vivenciadas por mulheres lésbicas *desfem* no Brasil, se distanciam não só geograficamente, mas também epistemologicamente do que é vivenciado pelas lésbicas *butchs* norte-americanas. Continuarei, portanto, com a utilização do termo *desfem* para se referir às mulheres que rompem com as expectativas de feminilidade em contexto brasileiro e latino-americano.

Enquanto mulher lésbica e dentro do processo de construção de um corpo não normativo, me encontro profundamente envolvida na pesquisa e utilizo nela as minhas experiências e memórias na construção da escrita, além de contar com a colaboração de outras interlocutoras, como será pontuado posteriormente.

A questão central da pesquisa pode ser formulada a partir da pergunta: Como corpos desfeminizados atravessam e são atravessados em uma sociedade orientada pelo padrão heteronormativo? Nesse sentido, o objetivo é compreender as experiências de mulheres cuir desfeminizadas em uma

sociedade heteronormativa, com ênfase em uma leitura do corpo. A partir desse objetivo central, busca-se compreender, do ponto de vista teórico, como ocorre o processo de categorização dos corpos enquanto femininos e masculinos e, principalmente, como se dá o reconhecimento de certos corpos enquanto desfeminilizados.

Por meio do registro das narrativas das interlocutoras, associado ao referencial teórico e ao revisitar partes das minhas próprias vivências enquanto mulher lésbica e desfeminilizada, busco aqui pontuar as possíveis "penalidades" e potencialidades às quais estes corpos são submetidos. Dessa forma, minhas experiências e vivências enquanto uma mulher lésbica desfeminilizada, aparecerão neste trabalho a fim de colaborar com a compreensão dos processos de etiquetamento (LOURO, 2004) e hierarquização de modos de ser no mundo, afim de compreender de que forma nossos corpos são postos reiteradamente na fronteira ou em uma situação de (não) lugar quando situado em um sistema que constrói e reafirma uma organização de corpos a partir apenas de dois polos, o feminino e o masculino (LOURO, 2004).

A fim de responder à questão central posta anteriormente, foram desenvolvidos alguns objetivos específicos, sendo eles: a) Identificar marcadores sociais que distinguem corpos masculinos de femininos. b) Discutir como a heteronormatividade afeta as mulheres que não seguem os padrões heteronormativos. c) Analisar as vivências de mulheres desfeminilizadas.

Nesse sentido, evidencio, a partir das narrativas de interlocutoras que, assim como eu, compartilham a experiência de habitar um corpo constantemente marcado, etiquetado e subalternizado, os limites que nos são impostos na sociedade. Por meio dos relatos, busco destacar como esses corpos, ao mesmo tempo em que são negados e subjugados, também se tornam extremamente visíveis e destoantes do padrão heteronormativo.

Assim, intitular o trabalho enquanto "CORPOS VISÍVEIS: experiências de mulheres cuir desfeminilizadas" se dá principalmente pelo entendimento de que nós, mulheres *desfem*², ao dispor de um corpo marcado e visível socialmente,

² O termo *desfem*, como mencionado no corpo do texto, é uma redução da palavra "desfeminilização" ou "desfeminilizada" e aponta para uma não conformidade com os padrões de feminilidade. É utilizado frequentemente na comunidade LGBTQIAPN+, por mulheres lésbicas e bissexuais, e é entendido como uma expressão de gênero.

passamos a vivenciar experiências que só são possíveis ao habitarmos esses corpos e apresenta-lo ao mundo de maneira clara e que aponta para uma descontinuidade da lógica defendida a partir da matriz heterossexual, de uma continuidade entre sexo-gênero-desejo (BUTLER , 2003).

Por meio desta pesquisa, busco realizar um levantamento teórico que contemple o debate existente sobre o tema em questão, principalmente levando em consideração as pouquíssimas produções que levantam esse debate atualmente e para além disso desenvolver uma escrita que funcione como ferramenta de libertação e reconhecimento. Para isso, adoto o método hermenêutico vivencial, presente no pensamento de José Ortega y Gasset (1965) e comentado por Costa (2019), articulado à categoria de Escrivivência, desenvolvida por Conceição Evaristo (2020), utilizada como ferramenta metodológica.

Considera-se, especialmente, a potência do falar de si, fundamental para grupos que compartilham um mesmo lugar de apagamento. A partir dessas perspectivas, Gasset (1965) e Evaristo (2020) contribuem para a construção de um trabalho que reconhece a escrita e a produção científica como espaços a serem ocupados e ressignificados a partir das experiências e vivências da pesquisadora e de outras mulheres. Assim, utilizo o registro dessas trajetórias como forma de valorização da existência de mulheres cuir e desfeminilizadas, identificando, nos acontecimentos que as constituem, lugares de potência e de validação de seus próprios corpos.

Apresento ao longo deste trabalho um diálogo entre as vivências das interlocutoras e um arcabouço teórico que fundamenta os debates sobre gênero, sexualidade e corpo. Nos apoiamos centralmente nas teorias de Judith Butler (2003), com suas contribuições sobre a performatividade de gênero e a matriz heterossexual; Guacira Lopes Louro (2004), que discute os processos de etiquetamento e a condição do “corpo estranho”; Monique Wittig (2022), com sua crítica ao “pensamento hétero” como estrutura fundante de categorias de gênero; Patrícia Hill Collins (2019), que aborda as tecnologias de controle de corpos e as “imagens de controle” que incidem sobre eles além de colaborar profundamente com o entendimento de que os corpos aqui mencionados passam por processos de interseccionalidade entre raça, gênero, classe social e sexualidade; e Paul B.

Preciado (2017), que oferece uma perspectiva sobre a potência política e subversiva dos corpos dissidentes.

Essa fundamentação teórica se encontra constantemente tensionada e enriquecida pelas narrativas presentes neste trabalho. Autoras e autores que fundamentam e norteiam os debates de gênero e sexualidade, por meio de uma revisão de literatura das obras *Problemas de Gênero* (2003) de Judith Butler e *Um corpo Estranho* (2004) de Guacira Lopes Louro e outras obras complementares que serão apresentadas ao decorrer das discussões. Importante destacar que esta pesquisa se encontra submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), garantindo o respeito aos princípios éticos no trato com as participantes. Além disso, ressalta-se que esta pesquisa contou com financiamento da FAPEMA, por meio de bolsa de mestrado concedida no período de abril de 2021 a abril de 2026, cujo apoio foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

As entrevistas realizadas seguem a metodologia de entrevistas em profundidade. A escolha por essa modalidade se justifica por sua adequação ao nosso objetivo de acessar as camadas subjetivas da experiência das interlocutoras, permitindo uma conversa “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema” (MINAYO, 2007, p. 64). Essa abordagem é fundamental para compreender os significados que as interlocutoras atribuem às suas vivências enquanto mulheres cuir desfeminilizadas, valorizando suas trajetórias, afetos e contradições.

O trabalho de campo foi organizado em dois blocos de entrevistas, uma escolha tomada buscando a construção de um aprofundamento progressivo. O primeiro bloco já foi concluído e teve como objetivo central mapear as experiências gerais das interlocutoras, abordando a construção de suas identidades, sexualidade e as percepções iniciais sobre seus corpos. Esta etapa ocorreu por meio de dois encontros, de aproximadamente uma hora cada: o primeiro ocorreu em 02 de novembro de 2024, na residência da pesquisadora, e o segundo em 15 de novembro de 2024, em um espaço público na cidade, ambos de Imperatriz/MA. As participantes são duas mulheres que se identificam como desfeminilizadas, cujas vivências fornecem ricas perspectivas sobre interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

O segundo bloco havia sido programa para ser realizado após o processo de qualificação, todavia, não pôde ser realizado. Porém, sua realização não acarretou nenhum tipo de prejuízo ao desenvolvimento e conclusão do trabalho, os encontros realizados no primeiro bloco resultaram em um material de análise significativo, permitindo acessar narrativas densas sobre o processo de reconhecimento, negociação e construções de suas identidades.

1.1 Estado da arte acerca do tema

Com o intuito de fundamentar a afirmação acerca do baixo número de produções acadêmicas sobre o tema que abarca as vivências das mulheres cuir desfeminilizadas, fez-se necessário a realização de um levantamento bibliográfico.

A busca foi realizada principalmente no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO, Google Acadêmico e nos Periódicos da UFMA, UFPA, UFBA e UFNT, considerando publicações entre 2002 e 2025. Nas buscas, foram utilizadas as nomenclaturas “mulheres desfeminilizadas”, “desfeminilização” e “masculinidades femininas”.

Como critério de inclusão foram abrangidas teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos de conclusão de curso que abordassem de diferentes perspectivas o tema da desfeminilização feminina como uma categoria analítica. Excluindo produções que tratassem exclusivamente de masculinidades em homens ou de transmasculinidades sem diálogo com a categoria mulher.

1.2 Resultados do levantamento

A busca pelas categorias citadas acima resultou em baixa ou inexistência de produções acerca do tema. Os resultados da pesquisa foram organizados no quadro abaixo:

Base de dados	Categoria pesquisada	Total de produções	Tipo de produção
Capes (BDTD)	Mulheres desfeminilizadas	0	Nenhum
Capes (BDTD)	Desfeminilização	1	Dissertação,.m
Capes (BDTD)	Masculinidades femininas	3	1 Tese; 2 Dissertações
Periódico da Capes	Masculinidades femininas	1	Artigo
Periódico da Capes	Desfeminilização	1	Artigo
Periódico da Capes	Mulheres desfeminilizadas	0	Nenhum
SciELO	Desfeminilização	1	Artigo
SciELO	Mulheres desfeminilizadas	0	Nenhum
SciELO	Masculinidades femininas	0	Nenhum
Google Acadêmico	Mulheres desfeminilizadas	41	16 artigos; 20 TCCs; 3 dissertações; 2 capítulos de livro
Google acadêmico	Desfeminilização	22	15 artigos; 2 teses; 3 dissertações; 2 capítulos de livro

Google acadêmico	Masculinidades femininas	4	Artigos
Biblioteca digital UFMA	Mulheres desfeminilizadas	1	TCC
Biblioteca digital da UFMA	Desfeminilização	0	Nenhum
Biblioteca digital da UFMA	Masculinidades femininas	0	Nenhum
Repositório UFPA	Mulheres desfeminilizadas	0	Nenhum
Repositório UFPA	Desfeminilização	0	Nenhum
Repositório UFPA	Masculinidades femininas	0	Nenhum
Repositório UFBA	Mulheres desfeminilizadas	2	Dissertação
Repositório UFBA	Desfeminilização	0	Nenhum
Repositório UFBA	Masculinidades femininas	2	Tese
Repositório UFNT	Mulheres desfeminilizadas	0	Nenhum
Repositório UFNT	Desfeminilização	1	TCC
Repositório UFNT	Masculinidades femininas	0	Nenhum

Fonte: Elaborado pela autora (2026), a partir de levantamento nas bases CAPES, BDTD, SciELO e Google Acadêmico.

Para a realização do levantamento bibliográfico, foram utilizados como descritores de busca os termos “mulheres desfeminilizadas”, “desfeminilização” e “masculinidades femininas”. Esses termos foram aplicados de forma sistemática em todas as bases de dados consultadas, com o objetivo de mapear a produção acadêmica relacionada às experiências de mulheres que tensionam as normas de feminilidade.

As buscas foram realizadas nas seguintes bases: Banco de Teses e Dissertações da CAPES (BDTD), Portal de Periódicos CAPES, SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades públicas, como UFMA,

UFPA, UFBA e UFNT. A escolha dessas bases se deu pela sua relevância no contexto da produção científica brasileira, especialmente no campo das Ciências Humanas, além de fazer um recorte para o contexto das produções feitas no Norte e Nordeste do país.

Os resultados do levantamento encontram-se sistematizados no Quadro 1, no qual é possível observar a distribuição das produções por base de dados, termo pesquisado e tipo de publicação.

De modo geral, os dados indicam uma baixa incidência de produções que utilizam diretamente os termos “mulheres desfeminilizadas” e “desfeminilização”, o que evidencia uma lacuna no campo acadêmico no que diz respeito à nomeação e análise dessas experiências. Por outro lado, o termo “masculinidades femininas” apresenta maior recorrência, especialmente em artigos científicos, sugerindo que parte das discussões sobre desfeminilização tem sido incorporada a partir de outras categorias analíticas já consolidadas, como é o caso das categorias “feminino” e “masculino”, colocadas como focos das discussões.

No caso do Google Acadêmico, observou-se uma concentração significativa de produções, sobretudo trabalhos de conclusão de curso (TCC), além de artigos. Esse dado indica que, embora ainda pouco consolidado em níveis mais avançados da pós-graduação, o tema tem despertado interesse crescente em pesquisas de graduação.

Destaca-se, ainda, a identificação de uma produção recente no âmbito da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), intitulada *Corpos Dissidentes em Tocantinópolis: Entrelaçando Moda, Performance e Cidade*, de autoria de Larissa Alves dos Santos Lima (2025), que, embora não tenha como foco central a desfeminilização, mobiliza o termo abreviado “desfem”, evidenciando a circulação e apropriação da categoria em diferentes contextos de pesquisa.

Dessa forma, o levantamento realizado permite afirmar que, apesar da existência de produções que tangenciam a temática, ainda há uma escassez de trabalhos que se dedicam diretamente à análise das experiências de mulheres desfeminilizadas, o que reforça a relevância e a contribuição desta pesquisa para o campo dos estudos de gênero e sexualidade.

1.3 O Encontro com o tema e a construção do olhar pesquisador

O processo de investigação, muitas vezes, começa com um encontro, uma identificação com uma questão, um tema, uma problemática que não é apenas acadêmica, mas também vivencial e afetiva. Neste caso, o interesse pela temática abordada não surge de uma mera curiosidade intelectual, mas de uma experiência pessoal, que se entrelaça com as minhas vivências e histórias. O tema foi um caminho de descoberta de um lugar de fala e de uma posição de sujeito situado em uma realidade social e histórica marcada pela exclusão, mas também pela descoberta das possibilidades de subversão presentes em meu corpo.

A escolha do tema, portanto, foi o primeiro passo no processo de construção dessa pesquisa, e ele não surgiu de um espaço neutro, mas de uma percepção crítica sobre as realidades de corpos dissidentes, ou seja, corpos que, por sua existência, desafiam as normas estabelecidas pela sociedade.

Nesse sentido, a produção do conhecimento não pode ser dissociada da posição social e histórica do sujeito que pesquisa. Como afirma Haraway:

As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento — com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo (HARAWAY, 1995, p. 23).

O meu corpo, situado em um contexto histórico e socialmente marginalizado, foi determinante na escolha do tema. Ao me perceber como uma pesquisadora pertencente a um grupo historicamente excluído, a pesquisa não se configurou apenas como um ato de estudo, mas como um processo de auto reconhecimento e ressignificação das minhas próprias experiências. O ponto de partida da pesquisa não foi, portanto, um tema abstrato, mas uma necessidade de entendimento das minhas próprias questões e do impacto que as

experiências de marginalização e resistência podem ter sobre os sujeitos que as vivenciam.

Assim, torna-se pertinente narrar brevemente o percurso que me conduziu ao encontro com este tema de pesquisa. O acesso ao Ensino Superior constituiu um marco fundamental na formação de um olhar crítico que, até então, não tinha sido aguçado ou desenvolvido. Durante a graduação em Licenciatura em Ciências Humanas, o contato com um conjunto de literaturas até então desconhecidas por mim, das quais faziam parte autoras e autores como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Michel Foucault e alguns outros, me proporcionou não apenas a ampliação do repertório teórico, mas também a possibilidade de reconhecer, nas palavras de outros autores, a descrição precisa do lugar que ocupo no mundo. Esse processo de leitura e reflexão permitiu a identificação das marcas inscritas em meu corpo, que me faziam existir em uma linha tênue de apagamento e orgulho.

Foi o ingresso no Grupo de Pesquisa em Epistemologia e Educação (GEPEE) coordenado pelo Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa, que possibilitou uma divisão de águas nesse processo de construção crítica de mim e do mundo que me atravessa. Foi nesse espaço coletivo de produção de saberes que tive acesso a referenciais teóricos que problematizavam a cisheteronormatividade como regime político de organização social, a exemplo das formulações de Judith Butler e Simone de Beauvoir. A leitura desses eixos teóricos não apenas expandiu minha compreensão sobre os dispositivos que regulam corpos e identidades, como também me provocou deslocamentos internos, desestabilizando categorias que antes eu considerava fixas e naturais.

Nesse percurso formativo, as discussões sobre a heteronormatividade compulsória, o controle dos corpos das mulheres, discutidos por autoras como Simone de Beauvoir, lançaram luz sobre experiências pessoais que antes habitavam apenas o campo do imaginário. O contato com essas epistemologias possibilitou a construção de uma linguagem para nomear vivências e atravessamentos que eu experienciava, mas ainda não conseguia significar criticamente.

A partir dessas leituras e diálogos, fui reconhecendo em meu próprio corpo as marcas da heteronormatividade compulsória, a percepção de meu próprio eu e a compreensão que passei a ter sobre a corporificação das normais

sociais criaram um tensionamento da minha própria identidade. Foi nesse processo que comecei a compreender que minha rejeição pelas marcas do que é considerado socialmente enquanto “feminino” não se tratava apenas de uma “confusão” da adolescência, mas de uma necessidade ligada à minha expressão de gênero, que não correspondia fielmente ao meu gênero pois este era um lugar ocupado por mim que despertava um profundo incomodo.

A *performance* da feminilidade sempre me colocou em um lugar confuso, de não reconhecimento, as vestimentas ditas “de mulher” me foram sempre empurradas socialmente, o cabelo longo e todos os aparatos que servem para nos categorizar e permitir que performemos de acordo com nossos gêneros, fugiam daquilo que eu buscava.

A graduação, portanto, não apenas representou o acesso ao ensino formal, mas constituiu também um segundo movimento de reconhecimento da minha própria identidade. Reconhecer-me enquanto uma mulher cuir desfem, à luz dos aportes teóricos e das vivências partilhadas no grupo de pesquisa, foi um processo tão profundo quanto o meu processo de me assumir como mulher lésbica. Para mim representou uma segunda “saída do armário”, pois para além da forma como me compreendia internamente, agora eu seria lida socialmente enquanto lésbica, tornando meu corpo visível, colocando-o em um lugar bélico, amostra, ao centro.

A escrita desta pesquisa, nesse sentido, é atravessada pela Escrivivência, uma prática que entrelaça a narrativa pessoal e a reflexão crítica, recusando a cisão entre o corpo que sente e o sujeito que teoriza. (EVARISTO, 2020). Minha trajetória enquanto pesquisadora se confunde, portanto, com a minha própria trajetória de constituição enquanto sujeito político. A escolha da Escrivivência não é uma coincidência, mas parte do entendimento de duas questões centrais dessa pesquisa, a primeira de compreender que os corpos cuir centralizados em nossa discussão, e aqui falo principalmente do meu corpo no processo de construção de conhecimento, se encontram em um lugar de muitos atravessamentos, de epistemologias que se misturam e que formam uma epistemologia a partir do corpo, aquela que nasce de mim mesma e das sujeitas aqui centralizadas, formas que saber e de produção de saberes que fogem das literaturas etnocêntricas que estudamos durante o processo de graduação ou pós-graduação.

É imprescindível aqui, que ouçamos aquilo que vem do corpo, principalmente dos corpos marginalizados socialmente e geograficamente. Trazer Conceição Evaristo (2020) para este trabalho é elucidar a importância de valorizarmos as epistemologias feitas no Sul, não apenas a dos corpos presentes na Universidade, mas principalmente aqueles situados à margem e que são reiteradas vezes esquecidos ou apagados. Para entendermos a potência da escolha da Escrivência enquanto metodologia, utilizo as palavras da própria autora ao dizer que,

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada. Assim como é diferenciada a experiência de ser brasileiroviva, de uma forma diferenciada, por exemplo, da experiência de nacionalidade de sujeitos indígenas, ciganos, brancos etc. Mas, ao mesmo tempo, tenho tido a percepção que, mesmo partindo de uma experiência tão específica, a de uma afro-brasilidade, consigo compor um discurso literário que abarca um sentido de universalidade humana. Percebo, ainda, que experiências específicas convocam as mais diferenciadas pessoas (EVATISTO, 2020, p. 30-31).

Aqui a autora trata do seu lugar de mulher preta periférica latino-americana, mas enunciando a importância de reconhecer que a escrevivência alcança as mais variadas pessoas, de forma que utilizar sua teoria enquanto metodologia corresponde justamente a potência de perceber a capacidade criativa de nossos corpos, sem deixar de reconhecer sua etnia, gênero, nacionalidade e sua expressão perante o mundo.

É a partir desse lugar de atravessamentos e deslocamentos que me aproximo das narrativas de outras mulheres cuir desfeminizadas. Reconhecendo a escrita como território de partilha, busco neste trabalho não apenas analisar os relatos de minhas interlocutoras, mas também construir com elas um espaço de visibilidade e de elaboração coletiva das experiências que desafiam as normatividades de gênero e sexualidade. As histórias que emergem desses encontros não se limitam à exposição de vivências individuais, mas configuram um campo político de resistência e denúncia das violências cotidianas sofridas por corpos que escapam às expectativas hegemônicas de feminilidade. Dessa forma, minha pesquisa é também uma forma de valorizar esses corpos e as formas de conhecimento que emergem de suas experiências.

1.4 Escrivivência e Hermenêutica Vivencial

O percurso metodológico aqui delineado parte do reconhecimento de que a produção de conhecimento não pode se restringir apenas a uma racionalidade desincorporada. O ponto de partida é a crítica ao modelo positivista, que separa razão e emoção, pesquisador e objeto, corpo e saber. Nesse sentido, Haraway (1995, p. 18) questiona a pretensão de neutralidade científica ao afirmar que “a visão é sempre uma questão do poder de ver — e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização”. Ao explicitar que todo conhecimento está atravessado por relações de poder e pela posição de quem observa, a autora rompe com a noção de uma objetividade universal e desincorporada. Em oposição a essa perspectiva, afirmo uma metodologia que compreende o conhecimento como necessariamente situado, reconhecendo que todo saber é produzido a partir de corpos inscritos em contextos sociais e relações de poder. Assim, a experiência não é um obstáculo à objetividade científica, mas uma fonte legítima e potente de produção de conhecimento.

A pesquisa se ancora na perspectiva qualitativa de caráter narrativo. Segundo Clandinin e Connelly (2011, p. 41), “a narrativa é o melhor modo de representar e compreender a experiência humana”. Mais do que fatos objetivos, busco aqui compreender sentidos atribuídos às vivências, bem como os modos pelos quais sujeitos dissidentes elaboram, em palavras e silêncios, suas existências.

A noção de Escrivivência (Evaristo, 2020) legitima a narrativa de si como prática epistemológica insurgente. Escrever e falar de si não são atos individuais isolados, mas gestos coletivos de resistência, capazes de transformar memórias pessoais em denúncia social, é o que buscamos realizar neste trabalho ao relacionar as vivências da pesquisadora com o que é apresentado através das interlocutoras. Ao lado dela, a Hermenêutica vivencial (Ortega y Gasset, 1965;

Costa, 2019) oferece a chave interpretativa para reconhecer que toda compreensão é atravessada pela circunstância, ou seja, pela indissociabilidade entre sujeito e contexto, memória e presente, individual e coletivo. O que é confirmado a partir da seguinte afirmação,

A narração é sempre um processo de atribuir sentido a um tempo que pode ser factual ou ficcional. Quando se trata de uma narração histórica, ela é comumente definida como aquela que lida com os fatos e visa orientar os indivíduos na prática do tempo pela mobilização da memória da experiência temporal, pelo desenvolvimento de um conceito de continuidade e pela estabilização da identidade. [...] É através do contar o acontecido que o homem vai se situando no seu espaço temporal e encontrando significação no seu modo de ser, uma vez que o narrar consiste em entender as realidades históricas humanas, porque a estrutura delas é histórica, e é na história de vida que o sentido das realidades humanas se encontra (COSTA, 2019, p. 142).

Esse conjunto metodológico se fortalece quando articulado à perspectiva cuir (Valencia, 2023), que desloca a Teoria Queer para o Sul global e reconhece a especificidade das experiências latino-americanas, marcadas por colonialismos e epistemologias dominantes e eurocentradas que apagam os saberes produzidos a partir dessas localidades. A filósofa mexicana Sayak Valencia (2023), anuncia que:

O cuir também procura tornar visíveis alguns usos estratégicos da desobediência epistêmica, em que se propõem – frente às metodologias de enunciação tradicionais da modernidade/colonial – outras metodologias de corte decolonial que mostrem as inquietudes discursivas – já existentes nas geopolíticas gloais e mestiças do sul – em torno da renovação dos imaginários da insubordinação social por meio das práticas (trans)feministas e da dissidência sexual como práticas pacíficas de desobediência civil organizada (VALENCIA, 2023, p.30).

Assim, as vozes das interlocutoras não são lidas somente a partir de categorias importadas, mas inscritas em uma epistemologia situada.

É nesse horizonte que a entrevista em profundidade foi adotada como técnica principal, não como simples instrumento de coleta de dados, mas como espaço de escuta hermenêutica. Como sugere Minayo (2007), a entrevista aberta permite que as interlocutoras conduzam livremente seus relatos, acolhendo não apenas respostas, mas hesitações, silêncios e gestos que compõem a narrativa. A oralidade será respeitada nas transcrições, compreendendo que ela também constitui parte da expressão identitária das participantes.

Ao decorrer deste capítulo, será feito o manuseio das entrevistas realizadas com as duas interlocutoras participantes, em consonância com

minhas próprias vivências e experiências, este mecanismo de organização da pesquisa é amparado a partir do que diz Conceição Evaristo, quando afirma que,

Creio que isso tudo acontece a partir de uma subjetividade, de meus experimentos de vida. Penso se não é a linguagem a marca mais profunda e mais reveladora da subjetividade da pessoa. Intenciono, e não nego, criar um texto com uma linguagem que informe o corpo autoral e, em algumas obras, revele, caracterize a narradora. Estou falando do corpo autoral e do corpo da narradora no sentido físico. (EVARISTO, 2020, p. 42)

Para além daquilo que compreendemos na academia, enquanto moldes tradicionais do desenvolvimento da pesquisa em campo, assumo aqui uma missão muito delicada de manusear os registros emergentes das entrevistas e os causos de minha própria vida.

Para garantir segurança e ética, não utilizarei os nomes reais das participantes. Essa decisão segue a Resolução CNS nº 510/2016 e reconhece que, em contextos de vulnerabilidade, a exposição pode representar riscos.

Não mencionar seus nomes reais não as invisibilidades e nem reduz suas singularidades. Para manter protegida a identidade das interlocutoras, irei nomeá-las como Entrevistada A e Entrevistada B. Com essa escolha busco deslocar a centralidade do nome próprio para a experiência narrada, evidenciando que o foco da pesquisa não está em identificar indivíduos, mas em compreender as dinâmicas de opressão e resistência que podem surgir de suas vivências.

A escolha do tema desta pesquisa, como já dito, não se deu em um lugar puramente acadêmico. Foi, antes de tudo, um processo de encontro com questões que atravessam meu corpo e minha existência, marcadas por experiências de exclusão, deslocamento e resistência. Desse modo, reconhecer as sujeitas da pesquisa e a definição da metodologia não foram etapas dissociadas, mas momentos ligados por um mesmo movimento de reconhecimento de si e do outro.

Neste contexto, a escrevivência, como propõe Conceição Evaristo (2020), emerge não apenas como método, mas como *epistemologia insurgente*³ que

³ A expressão *epistemologia insurgente* é utilizada aqui para caracterizar formas de produção de conhecimento que desafiam os paradigmas científicos tradicionais, ao valorizar saberes situados, afetivos e encarnados, especialmente aqueles produzidos por sujeitos historicamente marginalizados. Essa noção dialoga com os trabalhos de autoras como **Chela Sandoval (2000)**, que cunha o termo “método da diferença diferencial”, e **Patricia Hill Collins (2019)**, que propõe a “epistemologia do ponto de vista” das mulheres negras como forma de resistência aos saberes dominantes.

valoriza o corpo, a memória e a história do sujeito que escreve. Como mesmo afirma a autora, “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. ” (EVARISTO, 2020, p. 45). Ao incorporar essa perspectiva à pesquisa, afirmo a existência de um lugar da experiência como saber legítimo e produtivo, construindo uma narrativa em que minha trajetória de vida e as histórias de minhas interlocutoras se fortalecem mutuamente.

A aproximação com o Grupo de Pesquisa em Epistemologia e Educação (GEPEE) foi decisiva para esse processo, pois ali me deparei com autoras que desestabilizaram as normatividades de gênero e sexualidade às quais fui submetida. As reflexões de Judith Butler (2015) sobre a performatividade de gênero, por exemplo, foram fundamentais para compreender os dispositivos de poder que moldam os corpos e identidades. Foi lendo Butler que compreendi a artificialidade do gênero, que o entendi enquanto uma categoria analítica que se inscreve nos corpos e que delimita e organiza a sociedade a partir de sua repetição automatizada (BUTLER, 2003). Ao mesmo tempo em que Monique Wittig (1980) nos convida a romper com a naturalização do binarismo de gênero, propondo que,

Posso apenas sublinhar o caráter opressivo de que se reveste o pensamento hétero na sua tendência para imediatamente universalizar a sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos. Assim, fala-se de conceitos como a troca de mulheres, a diferença entre os sexos, a ordem simbólica, o Inconsciente, Desejo, jouissance, Cultura, História, dando um significado absoluto a estes conceitos, quando são apenas categorias fundadas sobre a heterossexualidade, ou sobre um pensamento que produz a diferença entre os sexos como um dogma político e filosófico (WITTIG, 1980, pag, 9).

Dessa forma, a escolha metodológica reflete e dá continuidade a essa posição teórico-política. A escrevivência se soma à hermenêutica vivencial, proposta por José Ortega y Gasset (2010), para compor um arcabouço metodológico que reconhece a experiência como base de produção do conhecimento. Para Ortega y Gasset, “eu sou eu e minha circunstância” (ORTEGA Y GASSET, 2010, p. 31), e é nesse vínculo indissociável entre sujeito e contexto que se produz sentido. A hermenêutica vivencial não busca a objetividade descolada do vivido, mas a compreensão profunda das experiências

humanas a partir da escuta, da interpretação e do diálogo entre diferentes trajetórias.

Assim, essas duas metodologias não se opõem, mas se complementam ao propor uma pesquisa que é, ao mesmo tempo, rigorosa e sensível; crítica e afetiva. A escrevivência possibilita narrar e refletir a partir do próprio corpo, enquanto a hermenêutica vivencial oferece as ferramentas para interpretar essas narrativas em seu contexto social e histórico. Juntas, permitem uma abordagem metodológica que reconhece os relatos das interlocutoras como potentes formas de resistência epistêmica, como bem sugere Patricia Hill Collins (2019) ao afirmar que,

Proporcionar às afro-americanas novos conhecimentos sobre nossas próprias experiências pode ser empoderador. Mas ativar epistemologias que põem em questão o conhecimento vigente e nos permitem definir nossas realidades em nossos próprios termos tem implicações muito maiores (COLLINS, 2019. pág, 491).

Essa integração entre vivência, teoria e método faz da pesquisa um espaço de elaboração coletiva e de afirmação de identidades dissidentes. Ao narrar minha trajetória, não apenas situo o lugar de onde falo, mas também reconheço que a pesquisa é, em si, um gesto político, um movimento de resistência frente às violências simbólicas que silenciam e distorcem as experiências de corpos subalternizados. Como pesquisadora cuir e desfeminilizada, escolhi trilhar um caminho metodológico que se alinha com meu compromisso ético de produzir saberes que emergem de experiências vividas, do corpo que sente e pensa, e que encontra no outro não um objeto de estudo, mas companheiras de travessia.

1.5 Procedimentos metodológicos

A condução desta pesquisa se estrutura por meio da realização de entrevistas em profundidade, com duração aproximada de uma hora cada,

realizadas individualmente com as interlocutoras, em ambiente previamente acordado, que lhes ofereça conforto, sigilo e escuta ética. As entrevistas foram gravadas com o consentimento das participantes, utilizando um gravador digital, e posteriormente transcritas integralmente para compor o corpo da análise narrativa e reflexiva do trabalho.

O tema em debate desemboca em uma série de particularidade e inividualidades das sujeitas participantes, tratar de gênero e sexualidade é caminhar sob os traumas e violências pelos quais esses corpos passaram até que se constituíssem sujeitos de suas próprias vidas. É alta a probabilidade de acessar lugares que foram ao longo do tempo e por estratégia de sobrevivências, colocados em segredo.

O processo de produção de um corpo desfem atravessa e é atravessado por um sistema organizado de alinhamentos das divergências, portanto, enfrentam neste processo lutas e apagamentos que os ferem, agriem, silenciam e lhe causam feridas.

A escuta atenta e humana dos relatos das interlocutoras é fundamental dentro deste contexto, portanto, a escolha da pesquisa em profundidade se deu por se adequar ao objetivo de analisar as vivências de mulheres desfeminilizadas forma sensível, ao tempo em que esta técnica é definida por Minayo (2007, p.64) como uma conversa “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”, de forma que os detalhes da história do entrevistado sejam capturados por completo.

Fiz uso de um roteiro de perguntas semiestruturadas, que também está ligada a compreensão de Minayo (2007, p.64) de uma conversa “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Essa escolha metodológica está diretamente relacionada à abordagem da escrevivência, que privilegia as narrativas encarnadas, afetivas e subjetivas, reconhecendo nelas formas legítimas de produção de saber (EVARISTO, 2020). A entrevista, assim, configura-se menos como um interrogatório e mais como um espaço de diálogo, onde o testemunho das interlocutoras é ouvido e valorizado como um campo de compreensões vastas.

Para a realização das entrevistas, duas interlocutoras foram convidadas a participar da pesquisa. A escolha dessas participantes não se deu de forma aleatória, mas foi atravessada por relações de proximidade e convivência previamente estabelecidas entre nós. Ambas são pessoas com quem mantenho vínculos de amizade: a interlocutora A é minha amiga desde o ensino médio, período que antecede o processo de desfeminilização vivenciado tanto por ela quanto por mim, enquanto a interlocutora B é minha amiga há aproximadamente três anos, tendo sido conhecida por mim já em um momento em que já havia uma leitura do seu corpo como desfem. Essa proximidade constituiu um elemento central no acesso ao campo, já que a construção desta pesquisa emerge também de experiências compartilhadas, diálogos e reflexões coletivamente elaboradas sobre gênero, sexualidade e dissidência.

O ponto de partida para a escolha das interlocutoras, portanto, não foi uma autoidentificação formal com a categoria “desfeminilizada”, mas o reconhecimento, construído no interior dessas relações, de trajetórias marcadas por tensionamentos com os modelos hegemônicos de feminilidade. Escolhe-las se dá a partir de um reconhecimento mútuo, de marcas carregadas em nossos corpos que parecem extremamente comuns, mas que nos possibilita diferentes passagens pelo mundo.

Essa implicação não constitui um obstáculo à produção de conhecimento, mas uma condição que possibilita o acesso a experiências, narrativas e dimensões subjetivas que dificilmente seriam compartilhadas em contextos de distanciamento. A escolha das interlocutoras foi, portanto, orientada pela proximidade, pela confiança e pela existência prévia de trocas e reflexões sobre as experiências de desfeminilização e pelo próprio movimento de identificação que existe dentro da comunidade lésbica a respeito dessa categoria.

As mulheres presentes na construção deste trabalho identificam-se enquanto desfem, todavia, a forma como são identificadas socialmente perpassam por diversas confusões e assimilações com outros termos utilizados dentro da comunidade LGBTQIAPN+, termos esses que como será mostrado posteriormente, acabam sendo negados pelas próprias interlocutoras.

O processo de investigação e principalmente a etapa que trata da entrevista com as interlocutoras lança luz a algumas categorias identitárias e que

são trazidos pelas interlocutoras, como é caso de “sapatão”, “caminhoneiro”, “macho fêmea”.

É importante perceber de que forma as baixas investigações analíticas do termo “desfem” ou “mulheres desfeminilizadas” podem estar atreladas ao pouco reconhecimento da existência do mesmo para além da comunidade lésbica, levando a uma errônea compreensão de uma expressão de gênero única que abarca todas as mulheres lésbicas.

Portanto, é importante ressaltar que em minha discussão trago as vivências de mulheres que se entendem enquanto lésbicas e bissexuais e que se autodenominam e se reconhecem como desfeminilizadas. Me interessa aqui não somente observar essa performance para compreendê-la, mas também para refletir sobre de que forma ela se apresenta e é construída em suas experiências.

Além disso, ressalto que para uma compreensão mais abrangente do que busco fazer neste trabalho, é preciso compreender que a expressão de gênero dessas mulheres não está diretamente ligada a sexualidade das mesmas, de forma que nossas investigações não buscam conduzir a uma compreensão de que todas as mulheres desfeminilizadas são cuir ou que todas as mulheres queer são desfeminilizadas. Meu interesse aqui é fazer um recorte a partir das vivências de mulheres cuir desfeminilizadas, todavia, existem uma série de mulheres que se identificam enquanto heterossexuais e que performam uma não feminilidade.

A priori meu interesse era trabalhar com um número de 3 à 4 interlocutoras, todavia, alguns desencontros (principalmente no que tange a possibilidade de nos comunicarmos) fizeram com que uma de nossas interlocutoras iniciais não continuasse participando, fazendo com que o trabalho acontecesse apenas com duas interlocutoras, para o que busco compreender e através das técnicas utilizadas, não há prejuízo no que diz respeito a quantidade de interlocutoras que participam deste processo, essencialmente por conta da utilização de entrevistas em profundidade, o que permite que uma concentração em capturar bastante detalhes da vida das entrevistadas e sujeitas da pesquisa.

Ao transcrever as entrevistas, optei por manter fielmente a oralidade das falas sempre que possível, como forma de preservar os traços identitários e a expressividade das interlocutoras, respeitando a ética da representação e o lugar

de fala de cada uma. As narrativas foram incorporadas ao texto da dissertação não como ilustrações ou dados secundários, mas como elementos constitutivos do próprio processo de construção do conhecimento, alinhando-se à perspectiva da hermenêutica vivencial (COSTA, 2010), que compreende o entendimento como fruto do diálogo entre as experiências do pesquisador e dos sujeitos envolvidos na investigação.

Além disso há uma movimentação de compreender as convergências e divergências entre teoria e a experiências vividas das interlocutoras. As entrevistas não são utilizadas para legitimar ou fortalecer as teorias presentes no trabalho, mas também para apontar os tensionamentos e insuficiências que lhes cabem.

É necessário apontar que em certo momento da pesquisa, as experiências das interlocutoras enquanto corpos desfeminilizados extrapolam até mesmo o foco analítico no campo de estudo do gênero e da sexualidade, o que já foi levantado e apontado anteriormente pelos baixos diálogos que se relacionam as suas experiências.

Dessa forma, o procedimento metodológico aqui descrito busca articular escuta, afeto e rigor crítico, reconhecendo na entrevista em profundidade não apenas uma técnica de coleta de dados, mas uma prática relacional, política e ética de valorização de saberes historicamente marginalizados. Afim de organizar a discussão, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “Corpos em disputa: normatividade, invisibilidade e desfeminilização”, dedica-se a desenvolver o arcabouço teórico da pesquisa. A partir de autoras como Monique Wittig (1980) e Patrícia Hill Collins (2019), analisa-se como as categorias “masculino” e “feminino” funcionam como reguladores sociais, com foco na construção da feminilidade como norma, nos mecanismos de controle sobre corpos dissidentes e, por fim, na potência política que emerge dessas existências, com apoio de Paul B. Preciado (2017).

No segundo capítulo, “Entre a margem e o centro: o silêncio e a voz dos corpos dissidentes”, estabelece-se uma ponte entre a teoria e as vivências das interlocutoras. Utilizando os pensamentos de Judith Butler (2003) e Guacira Lopes Louro (2004), busca-se compreender como as categorias teóricas confirmam ou são tensionadas por corpos reais e geolocalizados. O capítulo

também se debruça sobre tecnologias de resistência que as sujeitas da pesquisa desenvolvem para existir diante dos processos de etiquetamento e exclusão.

O terceiro capítulo, “Interseccionalidade na experiência *cuir*”, aprofunda a análise a partir da lente interseccional, fundamentada nos trabalhos de Patrícia Hill Collins (2019;2021), investigando como os marcadores sociais de raça, sexualidade, classe e expressão de gênero se entrecruzam para produzir vivências singulares de opressão e resistência, considerando o contexto específico das interlocutoras como mulheres negras, *cuir* e nordestinas.

Finalmente, o quarto capítulo, “Corpos visíveis: memórias, vivências e resistências”, volta-se à análise aprofundada das narrativas coletadas, entrelaçando-as com as memórias da pesquisadora, evidenciando os processos de controle normativo que operam no cotidiano e, em contrapartida, como as mulheres *desfem* criam formas de sobrevivência e ressignificam suas identidades, transformando seus corpos em espaços de performance e dissidência em um mundo que busca constantemente marginalizá-las.

2 CORPOS EM DISPUTA: NORMATIVIDADE, INVISIBILIDADE E DESFEMINILIZAÇÃO

Os corpos não são superfícies neutras ou dados biológicos pré-discursivos; são, antes, territórios políticos, campos de batalha onde normas sociais são inscritas, disputadas e ressignificadas. É a partir dessa premissa que este capítulo se desenvolve, com o objetivo de realizar uma análise crítica sobre os marcadores sociais que orientam as formas de ser no mundo. Investigaremos como as categorias "masculino" e "feminino", longe de serem essências fixas, funcionam como dispositivos reguladores. Judith Butler (2003, p. 213) define o gênero como “a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida”, estabelecendo uma fronteira entre os corpos que se conformam aos padrões e aqueles que, por sua simples existência, os desafiam.

Neste processo, os sujeitos que destoam da norma são frequentemente submetidos a constrangimentos e violências, muitas vezes silenciosas, que visam corrigir ou apagar sua dissidência. Para aprofundar essa reflexão, dialogo com um arcabouço teórico que permite compreender a construção e a manutenção dessas normas, pensando a partir das contribuições de autoras e autores centrais para este debate. Dando seguimento ao percurso investigativo, este capítulo debruça-se sobre um dos objetivos centrais da pesquisa, que se concentra em: a) identificar os marcadores sociais que operam a distinção entre corpos masculinos e femininos.

2.1 A construção da feminilidade como norma

Historicamente, o que se entende como "feminilidade" está longe de ser um conceito natural e cristalizado. Ao contrário disso, é um produto social construído a partir de expectativas culturais e relações de poder. A feminilidade hegemônica responde a alguns preceitos histórico e socialmente construídos, sendo ela branca, cisgênero, magra, heterossexual, submissa, delicada e sensual nos moldes definidos pelo olhar masculino. Nesse sentido, a análise de Lugones amplia essa compreensão ao demonstrar que o gênero não pode ser separado do processo histórico de colonização, pois ele foi imposto como parte da própria estrutura de dominação colonial. Como afirma a autora:

Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção hierárquica e dicotômica entre humanos e não humanos foi imposta sobre os colonizados, a serviço dos interesses do homem ocidental – e ela foi acompanhada por outras distinções que obedeciam à mesma lógica, como aquela entre homens e mulheres” (LUGONES, 2019, p. 371).

Essa formulação evidencia que o gênero não é apenas uma construção social abstrata, mas um mecanismo concreto de organização do poder, articulado à colonialidade. A feminilidade, nesse contexto, não emerge como uma expressão neutra da diferença, mas como parte de um sistema que define quem é reconhecido como plenamente humano e quem é situado em posições de subalternidade. A crítica de Lugones permite compreender que essa construção não é apenas social, mas também política.

Essa imagem padronizada exclui, desde sua base, corpos que não se alinham às normas. Judith Butler (2003), ao discutir a performatividade de gênero, argumenta que o gênero é uma repetição regulada de atos e discursos que criam a ilusão de uma identidade estável. Logo, a feminilidade não é algo "que se é", mas algo "que se faz" para atender às exigências sociais.

A noção de feminilidade corresponde, portanto, à uma materialização do que socialmente se espera da identidade mulher. É a partir da compreensão do que se entende por feminilidade e, sobretudo, da performance reiterada dessa feminilidade, que a mulher, tal como é concebida pela norma, se torna inteligível

e reconhecida socialmente. Ou seja, é a partir das roupas e das cores atribuídas ao feminino, das joias usadas, da docilidade ao falar, do ato de cuidar atribuído ao feminino e de todas as funções sociais que se repetem como práticas de gênero, que a mulher construída e defendida pela norma ganha forma e legitimidade. Butler reafirma esse pensamento quando afirma:

[...] no lugar dessas concepções de construção, um retorno à noção de matéria não como local ou superfície, mas como um processo de materialização que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria. [...] (BUTLER, 2000, p. 31).

De acordo com a autora, a materialidade dos corpos não é um ponto de partida neutro, mas o resultado de um processo discursivo que naturaliza o que é, na verdade, construção histórica e social. Assim, a feminilidade é produzida e reproduzida como matéria regulada, como um "efeito" de normas que atravessam os corpos e os moldam conforme expectativas que parecem naturais, mas são profundamente políticas.

A partir dessa perspectiva, Lugones demonstra que a própria categoria “mulher” não pode ser compreendida como universal, pois ela é produzida dentro da lógica da colonialidade. A autora afirma que “A consequência semântica da colonialidade dos gêneros é que a categoria ‘mulher colonizada’ é vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2019, p. 375). Essa afirmação é fundamental porque revela que a categoria “mulher”, tal como concebida pelo sistema moderno ocidental, foi construída a partir da experiência de mulheres brancas e europeias, excluindo outras formas de existência. Dessa forma, a feminilidade hegemônica não apenas regula os corpos, como aponta Butler, mas também opera dentro de uma matriz colonial que determina quais corpos podem ou não ser reconhecidos como sujeitos de gênero.

Louro (2004) complementa essa perspectiva ao destacar que os processos de escolarização e socialização atuam como mecanismos de conformação dos corpos femininos, ensinando desde cedo o que se deve vestir, como se comportar, o que se espera de uma mulher. A autora exemplifica que essa marcação pode ocorrer de diferentes formas e que esses elementos, para além de sua dimensão simbólica, produzem efeitos sociais e materiais concretos. Como ela afirma:

A marcação pode ser simbólica ou física, pode ser indicada por uma aliança de ouro, por um véu, pela colocação de um piercing, por uma tatuagem, por uma musculação 'trabalhada', pela implantação de uma prótese... O que importa é que ela terá, além de efeitos simbólicos, expressão social e material. Ela poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade, que seja incluído ou excluído de determinados espaços (LOURO, 2004, p. 83).

Nesse contexto, mulheres que desviam dessas normas de marcação corporal não apenas são vistas como inadequadas, mas frequentemente se tornam alvos de deslegitimação, hostilidade ou correção. A feminilidade, nesse sentido, opera como um marcador de pertencimento e reconhecimento social, e sua recusa ou impossibilidade de performá-la revela o quanto ela funciona como um instrumento de exclusão. Assim, a pesquisa parte do reconhecimento de que a feminilidade, enquanto norma, é historicamente situada, racializada, generificada e politicamente produzida para manter certas hierarquias de gênero e sexualidade em funcionamento.

Nesse sentido, pensar o gênero exige também uma revisão metodológica que questione as próprias categorias analíticas herdadas do pensamento moderno ocidental. Lugones propõe uma mudança epistemológica profunda ao afirmar:

Pensando em uma metodologia da decolonialidade, passo a ler a sociedade com base nas cosmologias que a informam, em vez de começar com uma leitura atribuída de gênero das cosmologias que informam e formam percepções, mobilidades, incorporações e relações" (LUGONES, 2019, p. 380).

Essa proposta desloca o gênero de uma categoria universal para uma construção situada, permitindo compreender que as normas de feminilidade e masculinidade são produtos de um sistema moderno, colonial e racializado. Dessa forma, a feminilidade deixa de ser compreendida como uma identidade essencial e passa a ser analisada como uma tecnologia de poder, produzida historicamente para organizar hierarquias e regular corpos.

O mesmo acontece com a criação e o controle da masculinidade, que funciona também como uma ferramenta de controle de corpos. Essas tecnologias de leitura dos corpos, sustentam o que entendemos socialmente enquanto heterossexualidade compulsória, pois há uma continuidade socialmente construída e compulsoriamente reforçada entre sexo-gênero-desejo, de forma que a binaridade homem/mulher e masculino/feminino

desembocam em um desejo direcionado de um polo a outro e vice-versa (BUTLER, 2003).

Paralelamente, a masculinidade é construída sob a mesma lógica de controle, funcionando como a outra face da tecnologia de regulação dos corpos. Ela também não é uma essência, mas uma performance vigiada e cobrada, que exige a demonstração contínua de força, racionalidade e virilidade, ao mesmo tempo em que demanda a supressão de qualquer traço associado ao feminino. A masculinidade hegemônica, assim como a feminilidade, é uma norma que produz exclusão, punindo os homens que não conseguem ou se recusam a performá-la. Para Louro (2004, p. 61), “a masculinidade de um homem é sempre posta à prova, precisa ser constantemente confirmada”. Essa vigilância constante transforma o corpo masculino num palco de provas, onde qualquer deslize pode custar seu reconhecimento como “homem de verdade”.

As categorias “homem” e “mulher”, como aponta Monique Wittig (1980), são produtos de um sistema político, o “pensamento hétero”, que as naturaliza para sustentar a si mesmo. A masculinidade, portanto, só existe em oposição à feminilidade, dentro de uma lógica que precisa desses polos para se manter. Wittig (1980, p. 8) afirma que as categorias de sexo são conceitos primitivos que funcionam em um sistema que ela denomina:

Essas categorias funcionam como primitivos conceitos num aglomerado de toda a espécie de disciplinas, teorias e ideias correntes a que chamarei o *pensamento hétero* [...] Dizem respeito a 'mulher', 'homem', 'sexo', 'diferença', e a toda a série de conceitos que carregam esta marca, incluindo conceitos tais como 'história', 'cultura', e o 'real'.

Dessa forma, tanto a masculinidade quanto a feminilidade são produtos dessa regulação política. Ambas as normas sustentam o que socialmente se entende por heterossexualidade compulsória, pois há uma continuidade socialmente construída e reforçada entre sexo-gênero-desejo. A binaridade homem/mulher e masculino/feminino, como aponta Butler (2003), desemboca em um desejo normativo direcionado de um polo a outro, marginalizando todas as existências que escapam a essa lógica e que serão o foco central de análise neste trabalho.

2.2 Desfeminização e controle social dos corpos

A desfeminização pode ser compreendida como um processo social, simbólico e material de não conformidade com o modelo padrão de feminilidade existente. Essa exclusão da feminilidade hegemônica não decorre apenas de uma não conformidade aos padrões estabelecidos, mas opera como uma forma de interdição, um mecanismo de regulação que determina quais corpos têm acesso à identidade socialmente inteligível de "mulher".

Esse processo envolve transformações visíveis e simbólicas, como o corte de cabelo curto, a adoção de roupas associadas ao masculino, a modulação da postura corporal e a recusa de práticas socialmente construídas como femininas. Essa retirada de direito à feminilidade está intimamente relacionada a marcadores como sexualidade, raça, classe, expressão de gênero e aparência física. Para além de um significado subversivo de recusa à lógica heteronormativa há, por outro lado, um entendimento problemático que desperta alguns debates dentro da comunidade LGBTQIAPN+ a respeito do termo.

Se por um lado o termo aponta para uma tentativa subversiva de negar a feminilidade imposta às mulheres, por meio da fuga de uma performance que engloba vestimentas, formas de ser, corte de cabelo e uma estética que direciona até mesmo os objetivos buscados por mulheres na sociedade, por outro o termo é criticado quando demonstra uma fuga mal sucedida desse sistema binário, onde as mulheres *desfem* passam a ser entendidas e tratadas socialmente como homens.

A desfeminização não se refere a uma ausência de gênero, mas a um deslocamento ativo em relação às normas que regulam e produzem o feminino como uma categoria política, estética e disciplinar. Trata-se de um processo que envolve transformações corporais, estéticas e subjetivas, como o corte de cabelo curto, a recusa de ornamentos associados à feminilidade normativa e a adoção de gestualidades e expressões que desafiam os códigos tradicionais de gênero.

Quando mulheres lésbicas incorporam expressões consideradas masculinas, elas desestabilizam essa ordem, revelando o caráter construído e artificial das normas de gênero.

O ato de cortar o cabelo, especialmente em espaços como barbearias, que são historicamente associados ao masculino, assume uma dimensão simbólica profunda. Esse gesto pode representar um ritual de transição, um marco no processo de afirmação identitária e de rompimento com expectativas sociais impostas ao corpo feminino. No entanto, esse mesmo gesto também pode tornar esses corpos mais visíveis e, conseqüentemente, mais vulneráveis à vigilância, ao controle e à violência. Como destaca Halberstam (2008, p. 25), “la masculinidad femenina a menudo se percibe como una amenaza porque revela que la masculinidad no es propiedad exclusiva de los hombres”. Essa percepção de ameaça evidencia que a masculinidade feminina desafia não apenas normas estéticas, mas estruturas profundas de poder e hierarquia de gênero.

Nesse contexto, a desfeminilização pode simultaneamente operar como um processo de libertação e de exposição à violência. Ao romper com os códigos da feminilidade normativa, mulheres lésbicas reivindicam a autonomia sobre seus próprios corpos e subjetividades. No entanto, essa mesma ruptura pode provocar reações de rejeição e violência, uma vez que desafia diretamente os mecanismos que sustentam a ordem heteronormativa. Nesse sentido, ser mulher fora da lógica heterossexual não apenas desafia o sistema normativo, mas coloca o sujeito em uma posição de exceção, de apagamento.

Essa concepção heterocentrada exclui, por princípio, todas as experiências que fogem à norma. A própria Wittig enfatiza: “Os discursos que acima de tudo nos oprimem, lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são aqueles que tomam como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, é a heterossexualidade” (WITTIG, 1980, p. 5). A desfeminilização, nesse sentido, é um efeito direto desse pensamento que define quem pode ou não ser reconhecido como sujeito dentro da ordem social.

A mulher cuir desfeminilizada negra, lésbica ou bissexual, periférica, fora dos padrões estéticos normativos ocupa, assim, um espaço de não lugar. Ela é lida como “fora da norma”, como inadequada ou até mesmo como ameaça à ordem heterossexual. Sua existência provoca desconforto, desorganiza

expectativas e, por isso, é alvo de constantes tentativas de silenciamento ou correção. Patricia Hill Collins (2019) demonstra como mulheres negras são sistematicamente oprimidas por imagens públicas que negam sua feminilidade, associando-as a estereótipos animalizados ou hipersexualizados. Esse mecanismo se estende para os corpos desfem, que muitas vezes são desumanizados ou tratados como aberrações.

Dessa forma, a desfeminilização não deve ser compreendida como uma simples negação da feminilidade, mas como um processo ativo de reconstrução do corpo e da subjetividade. Trata-se de um movimento que revela o caráter político do corpo e evidencia que as normas de gênero não são naturais, mas produzidas e mantidas por estruturas de poder. Ao se desfeminilizarem, esses corpos não apenas resistem às normas que os oprimem, mas também abrem possibilidades para novas formas de existência, subjetividade e liberdade.

Portanto, o controle social sobre os corpos desfeminilizados não opera apenas na esfera do julgamento moral ou estético, mas está imbricado nas estruturas de poder que determinam quem pode ser considerado humano, digno de afeto, proteção e pertencimento. A desfeminilização não é, portanto, um processo isolado, mas um sintoma de um sistema que organiza corpos e subjetividades a partir de uma lógica cis-heteronormativa.

2.3 Potência política dos corpos desfeminilizados

Para além das penalizações e das violências enfrentadas, os corpos desfeminilizados também operam como espaços de potência política e resistência. Ao recusarem a normatividade de gênero e os padrões impostos à feminilidade hegemônica, esses corpos produzem outras formas de existir e habitar o mundo. Trata-se de sujeitos que, ao desafiarem o que se espera de um

corpo feminino, tornam-se capazes de formular discursos e práticas que tensionam a lógica binária e normativa que estrutura a organização social. A recusa da feminilidade esperada não deve ser lida apenas como ausência ou desvio, mas como criação ativa de outras linguagens, formas de cuidado, de pertencimento e de articulação afetiva e política.

A exigência da feminilidade funciona como um mecanismo de estabilização da ordem heterossexual, assegurando que os corpos designados como femininos permaneçam inteligíveis dentro de uma lógica que os vincula à passividade, à disponibilidade e à complementaridade em relação aos homens. Desfeminilizar-se, portanto, constitui uma recusa a ocupar esse lugar político imposto.

Esse processo torna-se visível em práticas cotidianas que, embora frequentemente interpretadas como escolhas individuais, possuem profundo significado político. O ato de cortar o cabelo curto, por exemplo, representa uma ruptura com um dos principais marcadores simbólicos da feminilidade. O cabelo longo, historicamente associado à feminilidade, opera como um signo de legibilidade social, permitindo que o corpo seja imediatamente reconhecido dentro das categorias normativas de gênero. Ao cortar o cabelo, sujeitos desfeminilizados interrompem essa legibilidade, produzindo um corpo que escapa às expectativas sociais e que, por isso, frequentemente se torna alvo de vigilância, estranhamento e violência.

A partir da escrita de Paul B. Preciado (2017), é possível compreender o corpo dissidente como um corpo-laboratório, um espaço de experimentação contínua onde se testam identidades, afetos e tecnologias de si. O autor menciona que,

A contrassexualidade é também uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transsexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios (PRECIADO, 2017, p.22-23).

A desfeminilização também opera como uma prática de desobediência às tecnologias sociais que produzem e controlam os corpos. Como argumenta Paul

B. Preciado (2017, p. 26), “o gênero é o efeito de um conjunto de tecnologias sociais que produzem corpos normalizados”. Essas tecnologias incluem não apenas instituições como a família, a escola e a religião, mas também normas estéticas e comportamentais que regulam a aparência e a conduta dos sujeitos. O processo de desfeminilização interrompe o funcionamento dessas tecnologias, produzindo uma falha nos sistemas que buscam estabilizar o gênero como uma verdade natural.

Essa falha possui uma dimensão profundamente política, pois revela que o poder que sustenta o sistema de gênero depende da repetição contínua das normas para se manter. Quando essas normas deixam de ser reproduzidas, sua aparente naturalidade é desestabilizada. Nesse sentido, a desfeminilização não apenas transforma o corpo individual, mas também expõe as estruturas que regulam todos os corpos.

Além disso, a desfeminilização constitui uma prática de resistência ao sistema moderno/colonial de gênero, conforme analisado por Maria Lugones (2019). A autora argumenta que o gênero, tal como o conhecemos, é uma imposição colonial que organizou os corpos dentro de hierarquias específicas, associando feminilidade à submissão e masculinidade ao poder. Ao recusar a feminilidade normativa, sujeitos desfeminilizados também recusam as estruturas coloniais que sustentam essas hierarquias, produzindo formas de existência que escapam às categorias impostas pelo sistema colonial de gênero.

Essa recusa não ocorre sem consequências. Os corpos desfeminilizados frequentemente se tornam alvo de mecanismos de controle e punição, justamente porque representam uma ameaça à estabilidade da ordem de gênero. No entanto, é precisamente nessa condição de ameaça que reside sua potência política. Ao tornar visível a possibilidade de existir fora das normas, esses corpos ampliam os limites do que é socialmente pensável e possível.

Esse deslocamento não se dá sem consequências. As estratégias de resistência não operam em espaços neutros; ao contrário, estão constantemente atravessadas por dinâmicas de opressão, medo e vigilância. No entanto, como afirma Audre Lorde (2009), é justamente nos interstícios, nas brechas entre o que se espera e o que se vive, que emergem as possibilidades mais profundas de resistência. O corpo desfeminilizado, nesse sentido, encarna uma recusa

radical da lógica disciplinar da feminilidade, e rearticula o desejo como força política.

Nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa, é possível identificar práticas de resistência cotidiana, construção de redes de apoio, elaboração de sentidos sobre si e sobre o mundo. Audre Lorde (2009) encoraja a utilização de nossas vivências quando diz que

[...] o mais importante para todas nós, é a necessidade de ensinarmos a partir da vivência, de falarmos as verdades nas quais acreditamos e as quais conhecemos, para além daquilo que compreendemos. Porque somente assim podemos sobreviver, participando de um processo de vida criativo e contínuo, que é o crescimento (LORDE, 2009, p.53).

Ao reivindicar suas experiências e produzir novas formas de existir no mundo, essas sujeitas não apenas narram suas trajetórias, mas desafiam diretamente as estruturas que buscam regulá-las. A desfeminilização, nesse contexto, emerge como uma prática concreta por meio da qual essas experiências se materializam no corpo, rompendo com as expectativas impostas pela ordem heteronormativa. Ao recusar os signos que sustentam a feminilidade normativa, esses corpos interrompem os mecanismos que vinculam compulsoriamente o feminino a uma heretossexualidade e subordinação.

Como destaca Wittig (1980, p. 57), “recusar tornar-se ou permanecer mulher significa recusar submeter-se à economia política da heterossexualidade”. A desfeminilização, nesse sentido, constitui uma recusa não apenas estética, mas estrutural, que desafia as bases do sistema que organiza o gênero como uma forma de dominação.

A potência política dos corpos desfeminilizados reside, portanto, em sua capacidade de produzir fissuras na ordem normativa. Sua existência revela que o gênero não é um destino inevitável, mas um campo de disputa. Ao habitar o mundo de formas que escapam às expectativas impostas, esses sujeitos não apenas resistem às normas, mas produzem novas possibilidades de existência, ampliando os horizontes do que pode ser vivido, reconhecido e legitimado.

A experiência de habitar um corpo que não corresponde ao que se espera socialmente da figura feminina não anula a possibilidade de afirmação identitária, ao contrário disso, muitas vezes a fortalece. Assim, este capítulo se encerra reafirmando que, mesmo em meio à exclusão e ao silenciamento, os corpos

desfeminilizados constroem uma gramática própria de existência e seguem produzindo mundos possíveis à revelia da norma.

3 ENTRE A MARGEM E O CENTRO: O SILÊNCIO E A VOZ DOS CORPOS DISSIDENTES

O presente capítulo dedica-se ao segundo objetivo específico desta pesquisa: discutir como a heteronormatividade afeta as mulheres que não seguem os padrões heteronormativos. Nesse sentido a pesquisa aqui apresentada nasce da inquietação de compreender como corpos dissidentes, especialmente aqueles que desafiam a normatividade de gênero e sexualidade, se movem entre o silêncio imposto e a construção de formas de continuar existindo mesmo diante de um modelo de sociedade que insiste em lhes apagar.

Entendemos que a partir do que problematiza Spivak (2010), a condição subalterna não decorre da ausência de voz, mas das estruturas que desautorizam determinadas falas, de forma que falar desde a margem é, portanto, gesto de resistência e produção de conhecimento em um lugar historicamente silenciado. Essa perspectiva conduz o presente estudo, que se ancora na escuta de narrativas de mulheres cuir desfeminilizadas, cujas experiências revelam as tensões entre as identidades cuir e suas formas de expressão na sociedade e a norma heteronormativa estabelecida socialmente.

Para aprofundar a compreensão dessas tensões, o estudo adota a perspectiva cuir, que, conforme Sayak Valencia (2023), realoca a Teoria Queer para a realidade dos povos latinos. Essa abordagem é crucial, pois permite analisar as narrativas não apenas como relatos de dissidência, mas como estratégias de sobrevivência e desobediência epistêmica em um contexto geopolítico específico. A teoria cuir possibilita, assim, uma escuta que valoriza os saberes produzidos a partir de corpos e territórios historicamente marginalizados.

Nesse contexto, a experiência de mulheres desfeminilizadas é examinada como um ponto crucial onde as pressões da heteronormatividade se manifestam de forma particularmente visível. Seus corpos, ao desafiarem a performance de feminilidade esperada, tornam-se arquivos de resistência e espaços de criação

de outras formas de existir. Portanto, o foco deste capítulo recai sobre as táticas e as epistemologias que emergem dessas vivências, compreendendo como essas mulheres agenciam suas identidades e negociam sua existência no cotidiano.

3.1 As vozes na margem: entre silêncio e resistência

Antes de nos debruçarmos profundamente sobre todas as dimensões vivenciadas pelas interlocutoras desta pesquisa, movimento que será realizado nos dois capítulos seguintes, este subtópico tem como objetivo articular de forma inicial as vivências narradas por elas com o referencial teórico selecionado. Essa aproximação busca criar uma sinuosidade entre teoria e experiência, evidenciando que os relatos podem tanto reforçar quanto tensionar pressupostos teóricos já consolidados.

A experiência de habitar um corpo dissidente é marcada por uma tensão contínua entre as forças que buscam silenciá-lo e os atos de resistência e autoafirmação. As narrativas das interlocutoras desta pesquisa iluminam esse campo de disputas, revelando como a voz emerge precisamente nos espaços onde o silêncio é imposto. Elas demonstram que o corpo, enquanto superfície de inscrição de normas, é também o principal arquivo da memória e o território a partir do qual se pode articular uma resposta política.

A primeira interlocutora (Entrevistada A), tem 24 anos e cresceu no bairro Santa Rita, em Imperatriz-MA. Mulher negra e bissexual, atualmente cursa Licenciatura em Matemática na UEMASUL e trabalha no escritório do pai. A escolha dessa interlocutora para compor a pesquisa ultrapassa critérios meramente técnicos ou metodológicos: está enraizada em nossa relação de amizade construída desde o Ensino Médio. Ela foi a primeira menina que vi romper com padrões que nos eram impostos, especialmente naquela fase em

que ainda buscávamos compreender quem éramos. Muitas das histórias que aqui narra foram também, de alguma forma, acompanhadas por mim. Cursamos juntas o 2º e o 3º ano, período em que éramos duas adolescentes atravessadas por inseguranças em relação às nossas sexualidades. No 2º ano, em especial, esse assunto permanecia silenciado; quando surgia por meio de comentários de colegas, o que predominava era a rejeição, o que reforçava ainda mais nossos medos de desabrochar.

Ao mesmo tempo, bastou um olhar de reconhecimento entre nós para que se criasse um espaço de acolhimento mútuo. Nossos processos de entendimento da sexualidade aconteceram em paralelo: o meu atravessado por condições mais acolhedoras, o dela permeado por maior resistência, encontrando em minha família algo que se tornou um verdadeiro refúgio. Sua presença nesta pesquisa, portanto, não apenas reforça a legitimidade das vozes aqui reunidas, mas também confirma o compromisso de trazer sensibilidade e intimidade à investigação, dimensões indispensáveis para a profundidade que este trabalho se propõe a alcançar.

Imperatriz, localizada na região sudoeste do Maranhão, é a segunda cidade mais populosa do estado, com 263.704 habitantes em 2022 (IBGE, 2022). Apesar de concentrar o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal do Maranhão, com R\$ 9,68 bilhões em 2021, seu PIB per capita (R\$ 29.593,00) ocupa apenas a 15ª posição entre os municípios do estado, o que evidencia desigualdades socioeconômicas persistentes (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado em 2010, foi de 0,731, considerado “alto” segundo os parâmetros do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas ainda abaixo dos centros urbanos brasileiros mais desenvolvidos (PNUD, 2013). Esses indicadores revelam que, embora Imperatriz exerça relevância regional, trata-se de um município marcado por limitações estruturais que restringem não apenas as oportunidades materiais, mas também as representações sociais disponíveis para seus habitantes.

É nesse contexto que se insere a trajetória da interlocutora: crescer em uma cidade onde a circulação de imagens dissidentes de gênero e sexualidade é rara significou viver cotidianamente a ausência de espelhos. Como Louro (2004) discute, os corpos considerados “estranhos” tendem a ser silenciados ou apagados das representações dominantes. Em Imperatriz, esse processo se

intensifica pelo fato de que espaços culturais e sociais ainda reproduzem, majoritariamente, padrões heteronormativos, brancos e cisgêneros. Assim, a falta de referências próximas não apenas reforçava o sentimento de deslocamento da interlocutora, mas também tornava mais árduo o processo de reconhecimento e validação de si enquanto mulher desfeminizada.

Ao lembrar sua trajetória, a interlocutora conta que nunca se reconheceu nos vestidos, maquiagens e cabelos longos que lhe eram impostos pela mãe e pela igreja evangélica que frequentou durante a adolescência. Essas experiências revelam, de modo quase cotidiano, aquilo que Judith Butler (2003) chama de performatividade de gênero: a pressão constante para encenar normas de feminilidade, ainda que elas não correspondam à identidade vivida. O gesto de recusa da mesma, como quando optou por cortar o cabelo curto apesar da resistência do pai, para nós evidencia a artificialidade dessas normas e a potência política dos corpos que não se conformam a elas.

No ensino fundamental a percepção de si era mediada pela comparação com outras: “eu ficava me comparando com as outras meninas e eu via que não era igual, o modo de se vestir, do querer se vestir; eu tentava até me vestir igual às outras meninas só que eu não gostava” (ENTREVISTADA A, 2024). Essa sensação de ser um “corpo estranho” (LOURO, 2004), no cenário da socialização infantil, reflete o peso da coerência compulsória que Judith Butler define como um processo performativo. Para a autora, o gênero “é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida” (BUTLER, 2003, p. 59), e a recusa ou falha nessa performance gera uma série de penalidades que são direcionadas a estes corpos, considerados desviantes.

Essa pressão se intensificava no ambiente familiar, mediada pela religião, que funcionava como uma poderosa pedagogia da sexualidade (LOURO, 2004). A entrevistada recorda o período em que frequentou a Igreja Evangélica: “No tempo da igreja ela [a mãe] queria que eu vestisse vestido [...] passasse um batom, e eu nunca gostei. [...] eu vestia, assim mais pra agradar ela” (ENTREVISTADA A, 2024). A performance, aqui, é um ato de submissão forçada. No entanto, a enunciação explícita da sexualidade rompe qualquer pacto de silêncio. Ao revelar o namoro com uma menina, sua voz foi recebida com violência: “aconteceu dele me bater, tanto ele como ela [a mãe]. Aí eu fui e

saí de casa e fui morar na casa da minha avó, passei lá uns três meses” (ENTREVISTADA A, 2024). Este episódio materializa o que Gayatri Spivak (2010) analisa em sua indagação sobre se o subalterno pode falar, mostrando como a violência opera para restaurar a ordem e tornar inaudível a voz dissidente. A punição busca reafirmar a hegemonia do que Monique Wittig chama de “o pensamento hétero”, uma estrutura opressiva que se universaliza. Como afirma a autora, “a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas um regime político que funda a sociedade e garante sua reprodução” (WITTIG, 1980, p. 53).

Mesmo após um armistício familiar, a disputa pelo corpo da Entrevistada A continuou. O corte de cabelo emergiu como um segundo ato de se assumir, tão ou mais impactante que o primeiro, pois agora tornava sua sexualidade permanentemente visível. O gesto foi lido como uma confirmação de sua identidade e gerou uma nova onda de conflito: “ele [o pai] falou que não precisava mais eu ir né, pro escritório, e aí ele ficou zangado” (ENTREVISTADA A, 2024). Esse ato de inscrição corporal, uma recusa deliberada da feminilidade esperada, é interpretada aqui como uma tática de resistência que consolida o corpo como esse campo de diversas performances.

História semelhante, mas com nuances distintas, aparece no relato de Entrevistada B. Aos 21 anos, criada em uma família católica praticante no centro de Imperatriz/MA ela ainda vive com os pais e irmãos. Coursou Psicologia até o terceiro período, mas trancou a graduação para trabalhar no hotel da família, onde hoje atua como auxiliar administrativa e social mídia. Ela reconhece-se como lésbica e lembra que, desde criança, sentia uma admiração diferente pelas meninas com quem brincava. Uma dessas memórias, marcada por um olhar de repúdio recebido de uma amiga de infância, tornou-se referência para compreender como sua expressão de afeto já era lida como estranha.

Essa cena dialoga diretamente com Louro (2004), ao mostrar como a experiência da estranheza é inscrita nos corpos muito antes de qualquer processo de auto declaração. Sua trajetória é marcada por um silêncio inicial imposto pela ausência de espelhos. Sua percepção da sexualidade foi construída de forma isolada, mediada por conteúdos estrangeiros, pois “não tinha ninguém por perto que fosse parecida comigo” (ENTREVISTADA B, 2024). Essa invisibilidade local reflete o apagamento estrutural discutido por Gayatri

Spivak, que argumenta que o silenciamento do subalterno não ocorre por uma ausência de voz, mas pela incapacidade das estruturas hegemônicas de reconhecê-la como um discurso legível. A própria tentativa de "dar voz" ao outro pode ser uma forma de violência epistêmica, pois a representação nunca é transparente. Spivak (2010, p. 117) conclui seu ensaio com a seguinte reflexão:

A meu ver, o sujeito subalterno não pode falar. Não há virtude em projetos universalistas ingênuos. A representação não se atrofiou. Os intelectuais de esquerda são os que representam, os que falam por, aos outros. Nesse contexto, uma das coisas a se fazer é examinar a produção clássica do discurso ocidental para ver se os intelectuais são cúmplices da persistente constituição do Outro como a sombra do Eu.

Foi no espaço digital que ela encontrou uma linguagem para se nomear. O encontro com o termo "desfem" na rede social Twitter foi um momento de revelação: "A primeira vez que eu vi esse termo foi no Twitter. [...] Aí eu, ah, eu sou isso aqui então, também" (ENTREVISTADA B, 2024). A internet funcionou como um catalisador de um deslocamento epistêmico, onde a experiência individual pôde ser nomeada e conectada a uma coletividade. Esse processo de se encontrar na história de outras dialoga com a potência da Escrivivência, que, para Conceição Evaristo, é uma escrita que busca perturbar

E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos (EVARISTO, 2020, p. 30).

Curiosamente, a experiência da Entrevistada A ecoa esse mesmo processo de descoberta mediada por redes. Embora seu processo de se assumir tenha ocorrido mais cedo, a nomeação de sua identidade enquanto *desfem* também foi um encontro posterior, possibilitado por representações que ela buscou ativamente. Ela relata que seguia mulheres com cabelo curto na rede social *Instagram* e que foi a partir delas que se sentiu inspirada a mudar sua própria aparência, mesmo sabendo que enfrentaria conflitos familiares. Foi nesse mesmo ambiente digital que ela encontrou o termo para se nomear: ao ver que as mulheres que admirava "ficavam assim dizendo que era desfem" o que gerou identificação da sua parte.

Para ambas as interlocutoras, portanto, foi no espaço digital que encontraram uma linguagem para si, fora das estruturas tradicionais de representação que as silenciavam. O encontro com o termo "desfem" no *Twitter*

(para a Entrevistada B) e no *Instagram* (para a Entrevistada A) funcionou como um catalisador de um deslocamento epistêmico, onde a experiência individual pôde ser nomeada e conectada a uma coletividade. Esse processo de se encontrar na história de outras dialoga diretamente com a potência da *Escrevivência* (EVARISTO, 2020), onde o reconhecimento mútuo valida existências e transforma a memória pessoal em força política.

Essa auto identificação permitiu à Entrevistada B não apenas se nomear, mas também rejeitar ativamente os rótulos pejorativos que lhe eram impostos. Ela afirma: “Eu não gosto que as pessoas me chamem de caminhoneira, de... Nem de sapatão, eu não gosto que me chamem [...] me incomoda” (ENTREVISTADA B, 2024). Essa recusa é um ato político de auto definição contra as “imagens de controle” (COLLINS, 2019), que buscam fixar sujeitos em estereótipos controladores. Guacira Lopes Louro (2004, p.83) descreve precisamente esse processo quando diz que “[...] os corpos são marcados social, simbólica e materialmente – pelo próprio sujeito e pelos outros”

Sua experiência na igreja católica ilustra essa exclusão de forma contundente. Ao se assumir como uma mulher lésbica, a resposta dos líderes foi a marginalização. Contudo, sua reação não foi a submissão passiva, mas intelectual: “eu estudei muito pra que eu chegasse no momento de eu falar isso, que a prática seria o problema, assumir-se assim não seria” (ENTREVISTADA B, 2024). Esse ato de usar o conhecimento do sistema para desarmar sua lógica é uma sofisticada tecnologia de resistência. Por fim, sua decisão de abandonar a instituição foi um ato de agência: “foi por entender que ali não havia mais espaço pra mim” (ENTREVISTADA B, 2024).

As narrativas de ambas as interlocutoras, portanto, demonstram que o corpo dissidente é, simultaneamente, alvo de vigilância e espaço de criação. Ao trazer suas vozes para o centro do texto, esta pesquisa as reconhece como saberes insurgentes, que afirmam a validade de epistemologias situadas na carne, na memória e na luta cotidiana.

Um dos tensionamentos mais evidentes entre a teoria e a vivência surge na aplicação das normas no espaço doméstico. Se por um lado teóricas como Monique Wittig (1980) precisamente identificam a onipresença de uma estrutura opressora, o “pensamento hétero”, que se universaliza e pune a dissidência, as narrativas das interlocutoras mostram que a aplicação dessa norma na

intimidade familiar é complexa e permeável à negociação. A violência inicial sofrida pela Entrevistada A, “aconteceu dele me bater, tanto ele como ela [a mãe]” (ENTREVISTADA A, 2024), confirma a brutalidade com que o sistema busca corrigir o desvio. Contudo, a mesma narrativa revela que essa rigidez não se sustenta de forma monolítica ao longo do tempo.

Outro ponto de forte tensão aparece na relação entre a estética corporal e a nomeação identitária. Autoras como Guacira Lopes Louro (2004) e Patrícia Hill Collins (2019) são fundamentais ao explicar como a sociedade marca os corpos para fixá-los em identidades e “imagens de controle” reconhecíveis. Segundo Louro (2004, p. 83), a marcação corporal “poderá permitir que o sujeito seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade, que seja incluído ou excluído de determinados espaços”. A teoria, portanto, aponta para uma leitura social quase automática da aparência. As interlocutoras, no entanto, demonstram uma agência sofisticada que separa a escolha de sua performance da aceitação dos rótulos que essa mesma performance atrai.

A Entrevistada B, por exemplo, escolhe ativamente uma estética *desfem* inspirada em referências digitais, mas recusa veementemente as nomenclaturas que a sociedade impõe a essa imagem. Isso revela uma disputa ativa pelo significado dos signos inscritos em seu próprio corpo. Ela se apropria de uma estética de dissidência, mas rejeita o enquadramento simplista e pejorativo que o olhar normativo lhe atribui. A vivência, nesse caso, não nega a teoria da marcação social, mas a complexifica, mostrando sujeitos que estão cientes de como são lidos e que, a partir dessa consciência, lutam para controlar a própria legenda.

Se nas primeiras experiências a nomeação aparece sempre como um gesto do outro, com colegas que apontam “a sapatão da sala”, familiares que associam a aparência a determinada sexualidade ou mesmo termos que circulam nas redes sociais, o processo de autoidentificação das interlocutoras revela um movimento ambíguo. A Entrevistada A, por exemplo, recorda que “no início eu ficava falando que eu não colocava rótulo. Só que hoje em dia eu me entendo como bi. Talvez até pan, porque eu fico pensando nas possibilidades” (ENTREVISTADA A, 2024). Já a Entrevistada B enfatiza que sua família realizou uma leitura antes mesmo dela própria nomear-se, explicando que “foi uma leitura deles. Tipo, de entender ‘Ah, ela é assim porque ela gosta de menina’. E também

pela ajuda dos meus irmãos, que ajudaram nisso” (ENTREVISTADA B, 2024). Esse percurso confirma a análise de Patricia Hill Collins (2019), segundo a qual as identidades femininas são constantemente enquadradas por “imagens de controle” que funcionam como estereótipos reguladores e definem antecipadamente quem a mulher pode ou não ser.

O tensionamento que emerge, portanto, é que a autoidentificação nunca se dá em terreno neutro, de forma que quando as interlocutoras escolhem palavras para si, essas palavras já circulam carregadas de sentidos, usos e estigmas impostos por outras mulheres e pela comunidade como um todo. A autonomia do “eu sou” aparece, assim, marcada pela necessidade de disputar significados previamente estabelecidos, num exercício contínuo de afirmar-se para além das categorias herdadas.

A teoria sobre a marcação social dos corpos, por exemplo, é fundamental para compreender os mecanismos de controle. Conforme descreve Guacira Lopes Louro (LOURO, 2004, p.82),

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos - continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos - e sujeitos - ilegítimos, imorais ou patológicos.

No entanto, as vivências das interlocutoras complexificam essa leitura. Elas não são apenas receptoras passivas dessas marcas; elas disputam ativamente seus significados, como visto na recusa da Entrevistada B em aceitar rótulos como “sapatão” ou “caminhoneira” (ENTREVISTADA B, 2024).

Ao se apropriarem de uma estética dissidente, mas rejeitarem o enquadramento pejorativo que o olhar normativo lhes atribui, elas revelam uma sofisticação política que a teoria nem sempre abarca. Esse movimento de auto definição se alinha ao que Louro (2004, p. 19) aponta sobre a natureza contestada das identidades, que não são essências, mas construções disputadas:

As identidades sociais são, sabidamente, construções. Elas são sempre produzidas, contestadas, fragmentadas e negociadas. São o resultado (sempre provisório) de disputas e embates. São o efeito de embates sociais. As identidades são, pois, instáveis, contraditórias, fragmentadas.

Dessa forma, ao rejeitarem os rótulos, as interlocutoras se engajam ativamente no embate social, recusando-se a serem fixadas em categorias que não escolheram. Suas vozes, portanto, não servem apenas para ilustrar conceitos, mas para tensioná-los, evidenciando a necessidade de uma análise que, como propõe a Escrivência (EVARISTO, 2020), parta da complexidade da carne e da memória para compreender as formas plurais de existir e resistir no mundo.

3.2 Interseccionalidade na experiência cuir

A análise desenvolvida até aqui evidenciou que os corpos desfeminizados operam como territórios de disputa, tensionando as normas que regulam a feminilidade e desestabilizando a ordem cisheteropatriarcal que organiza o gênero como uma tecnologia de controle. No entanto, compreender essas experiências apenas a partir da categoria de gênero seria insuficiente para apreender a complexidade dos processos que atravessam esses corpos.

As interlocutoras desta pesquisa não são apenas mulheres desfeminizadas, mas mulheres negras, cuir e nordestinas, situadas em um território historicamente marcado por desigualdades estruturais. Seus corpos são atravessados simultaneamente por múltiplos sistemas de poder que operam de forma articulada, produzindo experiências específicas de marginalização, mas também formas singulares de resistência.

Nesse sentido, este capítulo propõe uma análise fundamentada na perspectiva da interseccionalidade, compreendida não apenas como uma ferramenta analítica, mas como uma forma de apreender a complexidade das relações sociais que produzem e regulam os corpos. Conforme argumenta Patricia Hill Collins (2019, p. 35), “Raça, classe, gênero, sexualidade, nação, idade e etnia, entre outras, constituem as principais formas de opressão nos Estados Unidos”. Essa formulação, que também se aplica perfeitamente a nossa

realidade latino-americana e principalmente se tratando de um continente que viveu um longo processo de colonização, permite compreender que as experiências vividas pelas interlocutoras não podem ser analisadas isolando cada marcador social, mas apenas a partir da compreensão de como esses marcadores operam conjuntamente, produzindo formas específicas de vulnerabilidade e exclusão.

A interseccionalidade, nesse contexto, revela que o gênero não é vivido de forma abstrata ou universal, mas é atravessado por outras estruturas de poder que definem as condições de existência dos sujeitos. Ser uma mulher desfeminizada negra no sudoeste maranhense não implica apenas enfrentar as normas de gênero, mas também habitar um corpo que é racializado, territorializado e situado dentro de um sistema que organiza hierarquicamente os sujeitos.

Essa perspectiva torna-se particularmente relevante quando situada no contexto nordestino e, mais especificamente, no sudoeste maranhense, onde as interlocutoras desta pesquisa constroem suas vidas. O território não é apenas um cenário onde as experiências ocorrem, mas um elemento constitutivo dessas experiências. O Nordeste, historicamente marcado por processos de marginalização econômica e simbólica, é frequentemente associado a imagens de atraso, pobreza e subalternidade, que operam como formas de deslegitimação dos sujeitos que ali vivem. Essas representações não apenas produzem desigualdades materiais, mas também moldam as formas pelas quais esses corpos são percebidos e reconhecidos socialmente.

Para mulheres negras e cuir, essas estruturas operam de forma ainda mais intensa. Seus corpos tornam-se alvos de múltiplos mecanismos de controle, que buscam regular não apenas sua sexualidade e expressão de gênero, mas também sua própria existência. O interesse por parte da lógica dominante que opera a partir de diferentes atores sociais, é o de causar o silenciamento e apagamento desses corpos que deixam claro e visível seu “desvio”. Collins reforça essa argumentação ao afirmar que:

Os crimes de ódio punem indivíduos, mas esses crimes são usados como exemplo de uma homossexualidade visível com o objetivo de levar o restante de volta ao armário. Quando se reconhece que a homossexualidade dificilmente poderia ser eliminada, busca-se retirá-la do espaço público e, portanto, legitimado. As leis que proíbem casamentos gays e lésbicos, associadas à resistência à possibilidade

de gays e lésbicas terem e criarem filhos, parecem querer impedir a “disseminação” da homossexualidade. Dentro dessa lógica da ameaça imediata, os esforços para manter gays, lésbicas e outras minorias sexuais “no armário” e “escondidos” parecem destinados a conter as ameaças internas (COLLINS, 2019, p. 255)

Uma das formas de operar sobre esses corpos é feito através do que a autora denomina “imagens de controle”, isto é, representações que funcionam para naturalizar a opressão e justificar a marginalização de determinados grupos sociais. Essas imagens operam como dispositivos simbólicos que definem quem pode ser reconhecido como sujeito legítimo e quem será relegado à margem.

No caso das interlocutoras desta pesquisa, essas imagens se manifestam na forma como seus corpos são lidos e interpretados socialmente. A desfeminilização, quando associada à negritude e à dissidência sexual, produz um corpo que escapa às expectativas normativas e, por isso, torna-se alvo de vigilância, estranhamento e violência. Esse corpo é frequentemente percebido como uma falha na ordem social, como um desvio que precisa ser corrigido ou invisibilizado.

No entanto, como destaca Collins (2019), os mesmos sistemas que produzem opressão também produzem possibilidades de resistência. A interseccionalidade não revela apenas as múltiplas formas de dominação, mas também as formas pelas quais os sujeitos resistem a essas estruturas, produzindo novas formas de existência e conhecimento. Nesse sentido, as interlocutoras desta pesquisa não devem ser compreendidas apenas como vítimas de sistemas opressivos, mas como sujeitas que constroem estratégias de sobrevivência, criam redes de apoio e produzem sentidos sobre suas próprias experiências.

É nesse contexto que a escrivência emerge como uma ferramenta fundamental para a compreensão dessas experiências. Conforme propõe Conceição Evaristo, a escrivência constitui uma forma de produção de conhecimento que parte das experiências vividas, transformando a memória e a vivência em instrumento de elaboração crítica da realidade. Ao narrar suas experiências, as interlocutoras não apenas relatam suas trajetórias, mas produzem conhecimento sobre as estruturas que atravessam suas vidas, desafiando as formas tradicionais de produção do saber que historicamente silenciaram suas vozes.

A escrevivência, nesse sentido, opera como uma prática de resistência epistemológica. Ao colocar suas experiências no centro da análise, as interlocutoras rompem com a lógica que historicamente posicionou mulheres negras e dissidentes sexuais como objetos de estudo, afirmando-se como sujeitas produtoras de conhecimento. Esse movimento desloca o lugar da pesquisa, que deixa de ser um espaço de observação distanciada e passa a constituir-se como um espaço de escuta, implicação e construção coletiva de saberes.

Assim, a análise interseccional desenvolvida neste capítulo busca compreender como os diferentes marcadores sociais como raça, gênero, sexualidade, classe e território, operam de forma articulada na produção das experiências das interlocutoras. Mais do que identificar formas de opressão, este capítulo busca evidenciar como esses corpos produzem resistência, constroem novas formas de existência e desafiam as estruturas que buscam limitá-los.

Ao situar essas experiências no cruzamento entre múltiplos sistemas de poder, torna-se possível compreender que a desfeminilização, analisada nos capítulos anteriores, não constitui apenas uma prática de dissidência de gênero, mas também uma forma de resistência interseccional, que desafia simultaneamente as normas raciais, sexuais e territoriais que organizam a ordem social.

3.3 Território, interseccionalidade e produção da dissidência cuir

A experiência cuir das interlocutoras desta pesquisa não pode ser compreendida de forma dissociada do território em que se constitui. O sudoeste maranhense não é apenas o cenário onde suas vidas acontecem, mas um campo ativo de produção de subjetividades, atravessado por hierarquias históricas de raça, gênero, sexualidade e classe. O território, nesse sentido, é

uma dimensão constitutiva da experiência social, e não um dado geográfico neutro.

A perspectiva interseccional, conforme desenvolvida por Patricia Hill Collins, permite compreender como esses marcadores operam de forma articulada. A autora entende que os sistemas de opressões como racismo, sexismo e heterossexismo atuam de forma independente mutuamente constitutivas” (COLLINS, 2019). Essa formulação desloca a análise de uma lógica que somaria opressões, para uma lógica estrutural, em que os sistemas de poder se entrelaçam e produzem experiências específicas.

No caso das interlocutoras, ser mulher negra, cuir e nordestina não corresponde à sobreposição de identidades isoladas, mas à vivência de uma posição social situada no encontro desses sistemas. O território nordestino, historicamente marcado por processos de marginalização econômica e simbólica, participa dessa produção. A colonialidade, conforme argumenta Maria Lugones, instituiu um sistema moderno/colonial de gênero que articulou raça e sexualidade como tecnologias de hierarquização dos corpos. A autora afirma:

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica dos gêneros como uma forma de julgamento, apesar da realização dos gêneros dicotômicos pelos colonizados não ser relevante para esse julgamento normativo – transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores. (LUGONES, 2019, p. 373).

Essa organização histórica permanece operando nas formas contemporâneas de regulação dos corpos. No sudoeste maranhense, a dissidência cuir não é apenas uma questão de sexualidade ou expressão de gênero, mas um fenômeno territorializado, racializado e socialmente marcado. Em cidades de menor porte, os sistemas de vigilância funcionam de forma muito mais sistemática sobre os indivíduos, os dispositivos de execução desse poder que se instaura em todas as camadas sociais são mais facilmente acomodados as normas de controle dos corpos. Michel Foucault (1987) aponta para essa realidade ao teorizar sobre o modelo *Panóptico* de vigilância, controle e punição dos corpos, ao afirmar que:

Por outro lado, o Panóptico pode ser utilizado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retreinar os indivíduos. Experimentar remédios e verificar seus efeitos. Tentar diversas punições sobre os prisioneiros, segundo seus crimes e temperamento, e procurar as mais eficazes (FOUCAULT, 1987, p. 227).

Desse modelo, os corpos dos sujeitos que de alguma maneira fogem a norma de funcionamento da sociedade, são panoramicamente vigiados e

repreendidos nos espaços sociais em que transitam e nas diferentes fases de sua vida, tendo seus corpos seguidos por olhos que os perseguem na escola, em casa, na rua, na igreja e que por vezes os fazem incorporar a vigilância de si mesmo. Michel Foucault reitera esse pensamento ao afirmar que:

Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo; e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados: vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação (FOUCAULT, 1987, p. 226)

No contexto brasileiro, Richard Miskolci (2012) contribui para compreender como esses mecanismos operam na produção da norma heterossexual e na regulação das dissidências. Segundo o autor,

A heteronormatividade é um regime de visibilidade, ou seja, um modelo social regulador das formas como as pessoas se relacionam [...]. Nesse contexto, não é possível dizer que se nega a elas a homossexualidade, mas a sociedade ainda exige o cumprimento das expectativas com relação ao gênero e a um estilo de vida que mantêm a heterossexualidade como um modelo inquestionável para todos/as. Assim, é compreensível que haja tantos casais gays que buscam, com grande dificuldade, adotar um padrão hétero em seus relacionamentos. Isso é clara expressão da vigência da heteronormatividade, dentro da qual uma relação só é reconhecida socialmente se seguir o antigo modelo do casal heterossexual reprodutivo (MISKOLCI, 2012, p. 46-47).

Essa formulação permite compreender que a vigilância dirigida aos corpos desfeminizados não é aleatória, mas responde à necessidade de preservar a coerência desse regime. O corpo desfem torna-se, assim, um ponto de tensão, pois evidencia a instabilidade das normas que sustentam a inteligibilidade de gênero.

Assim, a dissidência cuir no sudoeste maranhense deve ser compreendida como uma prática política situada, que emerge da articulação entre território, raça e gênero. O território não apenas condiciona a experiência, mas é também transformado por essas existências, que produzem novas formas de circulação, sociabilidade e pertencimento.

3.4 Imagens de controle e escrevivência como prática interseccional de resistência

As experiências narradas pelas interlocutoras evidenciam a atuação de mecanismos sociais que operam por meio da produção e circulação de imagens normativas sobre gênero, sexualidade e respeitabilidade. Patricia Hill Collins (2019) denomina esses mecanismos como “imagens de controle”, estruturas simbólicas que produzem representações que delimitam as possibilidades de existência dos sujeitos. Essas imagens não operam apenas como abstrações, mas se materializam nas experiências cotidianas, orientando a forma como os corpos são percebidos, interpretados e posicionados socialmente.

No contexto desta pesquisa, essas imagens operam produzindo expectativas rígidas sobre o que significa ser mulher. A feminilidade normativa é construída como parâmetro de inteligibilidade, e qualquer desvio em relação a esse modelo torna-se objeto de leitura, julgamento e enquadramento social. As narrativas das interlocutoras evidenciam que a desfeminilização produz deslocamentos nessas expectativas, tornando seus corpos alvo de interpretações específicas e de tentativas de reinscrição normativa.

A Entrevistada B relata experiências concretas desse processo no ambiente de trabalho, afirmando:

Olha, no caso do esperado disso, de ser mais homem, de ser mais, não sei, pelo menos já me ocorreu de eu ir trabalhar num lugar que era pra ser auxiliar de produção, né? E era um trabalho fino, assim, fino. O que eu tinha que fazer era mais organizacional. E aí queriam me colocar num trabalho mais pesado, grosso, no caso de eu carregar peso, entendeu? Aí já me ocorreu essa espera, né, do trabalho lá. Em outros trabalhos também me trataram mais como um rapaz, né? Ah, por exemplo, em certos assuntos que, no caso de uma mulher normal ou outra, eu que do lado tava sendo tratada como um rapaz (ENTREVISTADA B, 2024).

Esse relato evidencia que a leitura social de seu corpo produz expectativas específicas sobre sua função, sua força e sua posição social. A desfeminilização, nesse contexto, reorganiza a forma como seu corpo é

interpretado, deslocando-o das expectativas associadas à feminilidade normativa e reinscrevendo-o em outras categorias socialmente disponíveis.

Esses processos também se manifestam em espaços cotidianos de circulação social, como lojas e ambientes de consumo. A Entrevistada A descreve sua experiência ao acessar espaços associados à masculinidade, afirmando:

É... Nunca percebi olhas, assim, olhares a gente percebe, mas é tranquilo, nunca sofri nenhum preconceito não. Mas assim, é uma sensação ruim, porque tipo assim, tu vai na seção masculina e só tem homens né e aí tu acaba se sentindo julgada (ENTREVISTADA A, 2024).

Essa fala evidencia que a regulação dos corpos não se dá apenas através de mecanismos explícitos de violência, mas também por meio de tecnologias sutis de vigilância, como o olhar. O julgamento não precisa ser verbalizado para produzir efeitos subjetivos; ele se manifesta na própria organização dos espaços e na forma como determinados corpos são percebidos dentro deles.

Esse processo também se evidencia nos ambientes de sociabilidade marcados pela masculinidade, como as barbearias. A Entrevistada B relata sua experiência nesses espaços, afirmando:

Assim, não é todos os ambientes que eu fui. Não, mas a maioria dos ambientes que eu fui sempre ficava muito calada. Porque o assunto lá é sempre muito grosseiro, né? Muito machista, muito.... Enfim, muito sexualizando as mulheres, né? E eu sempre ficava muito calada pra eu não me sentir muito incluída naquilo porque eu não quero também né?" (ENTREVISTADA B, 2024).

Essa fala evidencia que a presença de seu corpo nesses espaços produz um deslocamento que não é apenas externo, mas também subjetivo. O silêncio emerge como uma estratégia de autopreservação diante de um ambiente que reafirma continuamente normas de gênero e sexualidade.

Apesar desses mecanismos de regulação, as narrativas também evidenciam processos de autodefinição que tensionam essas estruturas. A Entrevistada A descreve o momento em que passou a se reconhecer como desfeminizada, afirmando:

Aconteceu isso que elas ficavam assim dizendo que era desfem, e aí eu disse assim 'Eu acho que eu sou uma pessoa, eu sou uma menina desfem' e hoje em dia eu me considero desfem (ENTREVISTADA A, 2024).

Esse momento de nomeação constitui um gesto de produção de si, em que a interlocutora se apropria de uma linguagem que lhe permite compreender e afirmar sua própria existência. A nomeação não emerge de um espaço neutro, mas de um processo de identificação que articula experiência, observação e reconhecimento. Essa experiência pode ser pensada à luz da noção de autodefinição discutida por Patricia Hill Collins, que compreende a autodefinição como um processo por meio do qual os sujeitos marginalizados produzem suas próprias interpretações sobre si mesmos, contestando as representações que lhes são atribuídas ou impostas. Nas palavras da autora, "Ao enfatizar a autodefinição, as mulheres negras questionam não apenas o que já foi dito sobre as afro americanas, mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir" (COLLINS, 2019, p.226).

Da mesma forma, a Entrevistada A relata o processo de transformação estética que marcou seu percurso, afirmando:

Eu seguia muitas meninas com cabelo curto no instagram. E aí fui ficando com vontade, e um dia eu decidi cortar o cabelo, e só fui, foi por impulso, eu não pensei nas consequências, eu sabia que meu pai não ia gostar só que aí eu não pensei na opinião dos outros, tipo julgamento, preconceito, não pensei nisso, só fui... (ENTREVISTADA A, 2024).

Essa fala evidencia que a desfeminização não constitui apenas uma transformação estética, mas um processo profundamente atravessado por relações sociais, afetos e expectativas. O corpo torna-se, nesse contexto, um espaço de disputa simbólica, onde se confrontam normas sociais e projetos próprios de existência.

As imagens de controle não operam apenas sobre os corpos das interlocutoras desta pesquisa, mas também atravessam minha própria trajetória, evidenciando que a produção da dissidência não emerge de forma isolada, mas se constitui no interior de um regime contínuo de pedagogias de gênero que buscam orientar, corrigir e limitar as possibilidades de existência. Desde a infância, os mecanismos de regulação do corpo feminino se manifestavam através dos objetos que me eram destinados, dos gestos que me eram

ensinados e das expectativas que se projetavam sobre mim. Os brinquedos que chegavam nos dias das crianças não eram neutros: bonecas cuidadosamente embrulhadas, kits de cozinha, miniaturas de casas e utensílios domésticos reiteravam, silenciosamente, que meu corpo estava destinado ao cuidado, à delicadeza e à domesticidade. Esses objetos não apenas ocupavam minhas mãos, mas operavam como tecnologias de produção de subjetividade, ensinando, ainda que sem palavras, qual lugar me era permitido ocupar no mundo.

Com o passar dos anos, essa pedagogia tornou-se mais explícita. Aos doze anos, quando meus desejos já não se alinhavam àquilo que me era oferecido, a negativa assumiu forma verbal. Os pedidos por um videogame, por uma bola ou por jogos que me permitissem compartilhar experiências com os meninos eram interrompidos pela mesma sentença reiterada: “Amanda, isso não é brinquedo de menina!”. Essa afirmação não apenas negava o objeto solicitado, mas buscava reinscrever meu corpo dentro de um regime normativo que delimitava as fronteiras do que me era permitido desejar. A puberdade intensificou esse processo, introduzindo novas camadas de vigilância e expectativa. A menstruação, frequentemente tratada como marco universal da feminilidade, não produziu em mim o sentimento de pertencimento que prometia, mas acentuou a sensação de deslocamento diante de um modelo de existência que me parecia estranho.

As tentativas de reinscrição normativa também se manifestavam no cotidiano mais banal. As tardes em que eu jogava bola na rua eram constantemente interrompidas pela voz de minha mãe, que me chamava para casa antes que meu corpo pudesse carregar as marcas do jogo. Enquanto os meninos retornavam com os pés sujos e os joelhos arranhados, eu era convocada a preservar a integridade estética de um corpo que precisava permanecer intacto, limpo e reconhecível como feminino. O incômodo não residia apenas na interdição do jogo, mas na constatação de que meu corpo estava submetido a um regime distinto de expectativas, onde a contenção era exigida e a liberdade, restringida.

Na adolescência, essa sensação de deslocamento tornou-se ainda mais evidente. O desconforto diante das roupas que me eram destinadas, a dificuldade em habitar os gestos que me eram ensinados e a sensação de

inadequação diante das performances esperadas evidenciavam que a feminilidade normativa não se constituía para mim como um espaço de pertencimento. Recordo-me, com nitidez, da formatura de uma prima, quando fui obrigada a vestir um vestido e um salto baixo. O esforço para sustentar aquele equilíbrio não era apenas físico, mas simbólico. Meu corpo parecia estrangeiro dentro daquelas vestimentas, como se estivesse encenando uma identidade que não lhe pertencia.

Foi também nesse período que emergiram experiências que tensionavam de forma ainda mais radical as expectativas normativas. O primeiro beijo com uma menina, ocorrido após uma reunião do grupo de oração, não produziu a culpa que me haviam ensinado a sentir, mas uma sensação inesperada de reconhecimento. Esse momento operou como uma fissura na ordem normativa, abrindo a possibilidade de compreender meu próprio desejo a partir de uma lógica distinta daquela que me havia sido ensinada.

No ensino médio, o encontro com outras meninas que compartilhavam experiências semelhantes produziu um deslocamento fundamental. Pela primeira vez, aquilo que antes me parecia uma experiência isolada revelou-se como parte de uma experiência coletiva. O reconhecimento mútuo operou como um gesto de validação, permitindo que eu compreendesse que minha existência não era um erro, mas uma possibilidade legítima de ser.

Esse percurso também pode ser compreendido a partir do conceito de autodefinição de Collins. A autora afirma que “A autodefinição é reveladora da dinâmica de poder envolvida na rejeição de imagens de controle da condição de mulher negra definidas externamente” (COLLINS, 2019, p.226). Dessa forma, o reconhecimento dos meus próprios desejos e o encontro com outras mulheres que reinventam o que eu antes compreendia como única e exclusiva forma certa de existir no mundo, são parte do processo de produção de mim mesmas, processo pelo qual eu reivindico minha própria existência.

Esse processo de reconhecimento continuou a se expandir na universidade, onde o acesso ao pensamento científico produziu uma transformação profunda na forma como eu compreendia minha própria trajetória. Os textos, as teorias e os debates acadêmicos não apenas ofereciam explicações conceituais, mas produziam um efeito de legitimação. Aquilo que antes havia sido tratado como desvio, inadequação ou erro passou a ser

compreendido como expressão de estruturas sociais mais amplas, que operam regulando os corpos e produzindo hierarquias de inteligibilidade.

O corte de cabelo, realizado aos vinte e dois anos, materializou esse processo de reconfiguração subjetiva. Mais do que uma mudança estética, tratou-se de um gesto político de reivindicação do próprio corpo. Ao cortar o cabelo, não apenas abandonei um marcador simbólico da feminilidade normativa, mas também afirmei minha autonomia diante de um regime que havia tentado, por anos, definir quem eu deveria ser. Esse gesto não eliminou os mecanismos de vigilância, mas transformou minha relação com eles, permitindo que meu corpo deixasse de ser apenas objeto de regulação para tornar-se também instrumento de enunciação.

Minhas experiências, assim como as narrativas das interlocutoras, evidenciam que as imagens de controle operam simultaneamente como mecanismos de regulação e como pontos de tensão que possibilitam a emergência de novas formas de subjetividade. Ao mesmo tempo em que nossos corpos são continuamente lidos, classificados e interpretados, eles também produzem deslocamentos que desafiam as estruturas que buscam limitá-los. A desfeminilização emerge, assim, não apenas como objeto de controle, mas como prática que reconfigura as possibilidades de existência e inteligibilidade no interior do sistema de gênero.

4 CORPOS VISÍVEIS: MEMÓRIAS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

O encontro com as interlocutoras desta pesquisa não se deu a partir de uma posição de exterioridade. Ao contrário, constituiu-se em um processo atravessado por reconhecimentos mútuos, partilhas silenciosas e identificações que antecedem o próprio momento formal da entrevista. Este aspecto não representa um desvio metodológico, mas uma dimensão constitutiva da própria produção de conhecimento situada, conforme apontam autoras que compreendem a pesquisa como um processo encarnado, atravessado pela experiência, pela memória e pela posição social de quem investiga.

As interlocutoras desta pesquisa são duas mulheres negras, com idades entre 22 e 24 anos, que residem na mesma cidade que eu e que estão inseridas em contextos sociais marcados por múltiplos atravessamentos de raça, gênero, sexualidade e classe. Ambas se identificam como mulheres desfem e compartilham trajetórias nas quais o corpo se tornou, desde cedo, um território de disputa, regulação e vigilância. A escolha destas interlocutoras não se deu de forma aleatória, foi orientada ora por marcar assumidas em seus corpos, ora pela possibilidade de colaboração que suas vivências acrescentavam a essa pesquisa. O encontro com as interlocutoras não foi orientado pelo interesse em pesquisar sobre elas, foi antes de tudo permitido pelas diversas proximidades que nos uniam desde muito antes.

O reconhecimento dessas sujeitas enquanto interlocutoras possíveis emerge de um duplo movimento. Por um lado, trata-se da identificação, por minha parte, de experiências que dialogam diretamente com os objetivos desta investigação. Por outro, trata-se também do reconhecimento, por parte das próprias interlocutoras, de que suas histórias constituem material legítimo de produção de conhecimento. Este movimento rompe com a lógica tradicional da pesquisa que posiciona determinados sujeitos apenas como objetos de análise, deslocando-os para o lugar de produtoras de saber.

A construção do campo, neste sentido, não pode ser compreendida como um processo neutro ou distanciado. Ela é atravessada pela partilha de códigos, silêncios e experiências que não precisam ser integralmente verbalizadas para

serem compreendidas. Trata-se de um campo construído a partir da confiança, mas também do reconhecimento de vulnerabilidades compartilhadas.

Durante esse processo de realização das entrevistas, tornou-se evidente que as narrativas produzidas não se limitam a relatos individuais, mas constituem expressões localizadas de processos sociais mais amplos. Ao narrar suas histórias, as interlocutoras não apenas recuperam memórias pessoais, mas também evidenciam os mecanismos através dos quais o sistema de gênero opera na produção e na regulação dos corpos.

Nesse sentido, a entrevista em profundidade se apresenta não apenas como instrumento metodológico, mas como espaço de elaboração e reorganização da própria experiência. A fala, quando autorizada e escutada, torna-se também um gesto de existência.

Como aponta a ENTREVISTADA A, ao rememorar sua infância e os primeiros estranhamentos em relação ao próprio corpo e às expectativas sociais impostas sobre ele:

Na escola, é... eu me sentia diferente né, só que minha relação com as outras pessoas era de boa. Por causa do meu jeito, eu ficava me comparando com as outras meninas e eu via que não era igual, o modo de se vestir, do querer se vestir, eu tentava até me vestir igual as outras meninas só que eu não gostava. De forma mais feminina né. Que é estilo de maquiagem, de cabelo, mais vaidosa e eu não era assim (ENTREVISTADA A, 2025)

Esta fala evidencia a forma como os processos de regulação do corpo operam muitas vezes antes mesmo da plena compreensão do sujeito sobre si. O corpo é lido, interpretado e classificado antes que a própria sujeita tenha acesso às ferramentas simbólicas necessárias para nomear sua experiência. Trata-se de um processo de produção de diferença que antecede a própria consciência da dissidência.

De modo semelhante, a ENTREVISTADA B aponta para a dimensão difusa e cotidiana desse processo de vigilância:

Já cheguei a ouvir, “ah, tu deu a louca. Isso é loucura, tu tá precisando de um acompanhamento espiritual com o padre tal”. Sendo que eu não tava fazendo nada. Fazendo nada, entendeu? Já me colocaram muitos apelidos também dentro da igreja. Fiquei sabendo não disso diretamente, né? Mas enfim. Eu já tentei até ingressar novamente pra fazer ficar nos movimentos. Só que aí a coordenação ainda continuava as mesmas pessoas. E aí quando eu comecei novamente, me tratavam como um bicho, como se eu precisasse de mais suporte do que as outras pessoas que estão ingressando. Mas não era um cuidado, era um julgamento. Entendeu? (ENTREVISTADA B, 2025).

O momento em que passei a reconhecer meu corpo como um corpo estranho não ocorreu de forma abrupta, mas consolidou-se de maneira decisiva durante a transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em um espaço que, até então, se apresentava como um território de acolhimento: a Igreja Evangélica. A congregação da qual fiz parte durante três anos era frequentemente descrita como mais receptiva e “descolada” do que outras igrejas que eu havia conhecido. No entanto, foi precisamente nesse espaço que se iniciaram dois processos fundamentais e profundamente contraditórios na constituição da minha identidade: o esforço sistemático de performar uma feminilidade que me era continuamente exigida e, simultaneamente, o reconhecimento de que essa performance não emergia de mim como expressão espontânea, mas como resultado de um esforço exaustivo de adequação a uma norma que me era exterior.

Cabe, aqui, descrever brevemente a forma como essa instituição se organizava, não com o objetivo de nomeá-la, mas de evidenciar os mecanismos pelos quais ela operava a administração dos corpos e das subjetividades de seus fiéis. A igreja em questão integrava uma rede amplamente conhecida na cidade de Imperatriz, composta por diversas unidades que compartilhavam entre si não apenas um nome comum, marcado por prefixos que evidenciavam sua filiação institucional, mas também uma estrutura organizacional rigorosamente hierarquizada. A unidade mais conhecida localizava-se na região central da cidade e congregava, majoritariamente, sujeitos pertencentes às camadas médias urbanas. A unidade que frequentei, por sua vez, situava-se em um bairro periférico, o mesmo em que residia, sendo composta, em sua maioria, por moradores das imediações.

A organização interna da igreja operava por meio de uma divisão em redes e células, uma estrutura que produzia não apenas pertencimento, mas também vigilância contínua. As redes correspondiam à divisão maior da congregação, separadas entre rede de homens e rede de mulheres, cada uma delas coordenada por lideranças escolhidas diretamente pelos pastores. As células, por sua vez, constituíam unidades menores, organizadas por faixa etária, gênero e estado civil: células de meninas, células de meninos, células de adultos, células de casais. Cada célula era conduzida por líderes que, embora

também submetidos à vigilância de instâncias superiores, exerciam autoridade direta sobre os participantes.

Tratava-se de uma estrutura que reproduzia, em escala reduzida, uma lógica disciplinar precisa e eficiente. Cada sujeito era simultaneamente observado e observador, conduzido e condutor, confessante e confessor. Uma hierarquização perfeita.

As reuniões semanais das células de meninas seguiam um roteiro cuidadosamente estruturado. Falávamos sobre os cultos recentes, sobre as pregações, sobre aquilo que havíamos compreendido e sobre aquilo que havíamos anotado em nossos cadernos. Cada semana, uma de nós assumia a condução da reunião, organizando dinâmicas de integração, conduzindo o momento de louvor e reafirmando, ainda que de forma muitas vezes inconsciente, o compromisso coletivo com aquela estrutura.

Uma vez por mês, participávamos dos chamados discipulados. Esses encontros consistiam em momentos individuais de confissão, nos quais éramos convidadas a relatar nossos pecados às líderes de célula. O formato evocava, de maneira inequívoca, a estrutura do confessionário, ainda que deslocado de seu contexto católico tradicional. Ali, éramos incentivadas a expor nossas falhas, nossos desvios, nossas dúvidas. As líderes ouviam, aconselhavam, oravam.

Mas as líderes também pecavam. E, por isso, confessavam-se às líderes de rede. As líderes de rede, por sua vez, confessavam-se aos pastores. E os pastores, imagino, confessavam-se diretamente a Deus.

Tratava-se de um sistema fechado, autorreferente, no qual a vigilância não operava apenas de cima para baixo, mas circulava continuamente entre todos os níveis da estrutura. Não havia exterior.

Foi em um desses discipulados que experimentei, pela primeira vez, o peso concreto da dissidência. O pecado que eu carregava parecia pesado demais para ser pronunciado em voz alta. Ainda assim, diante da insistência da líder de célula, confessei que havia beijado uma menina. A primeira menina de toda a minha vida.

Sua reação não foi de surpresa, mas de correção. Ela me repreendeu, aconselhou e orou por mim. Disse-me, em essência, que havia algo profundamente errado comigo. Que aquilo precisava ser corrigido. Que a oração seria o caminho para minha restauração.

Eu obedeci.

Mas minha confissão não permaneceu restrita àquele espaço. Ela ascendeu na hierarquia institucional com a mesma eficiência com que havia sido extraída de mim. Minha líder de célula, incapaz de administrar sozinha o peso daquele desvio, confessou-se à líder de rede. A líder de rede, por sua vez, buscou orientação junto à pastora de jovens. A solução encontrada foi a oração coletiva.

Fui conduzida ao centro de um círculo formado pelas líderes da igreja. Ajoelhei-me. Elas oraram. Oraram pela minha vida, pela minha alma, pela minha correção.

Todas nós obedecemos.

Naquela mesma noite, três dias após ter beijado a primeira menina da minha vida, após ter confessado, orado, sido aconselhada e submetida à oração coletiva, restava em mim uma única certeza silenciosa: apesar de tudo, havia sido bom. O mundo, por um instante breve, havia parado. E naquele intervalo suspenso, tive a sensação de despertar de um estado de dormência que, até então, eu sequer sabia que habitava.

Foi naquele momento que compreendi, ainda que sem linguagem para nomeá-lo, que meu corpo não era estranho por natureza. Ele havia sido tornado estranho por um sistema que exigia sua correção.

O que se evidencia nessas narrativas é a existência de um sistema normativo que não precisa se afirmar explicitamente para produzir efeitos concretos. A norma opera através da repetição, da expectativa e da naturalização, criando um campo de inteligibilidade no qual determinados corpos se tornam legíveis e outros, desviantes.

Este aspecto dialoga diretamente com a compreensão de que o gênero não se constitui como uma essência, mas como um efeito produzido pela repetição de normas que regulam os modos de existir. Quando o corpo não corresponde a essas expectativas, ele se torna visível de forma particular, não como um corpo qualquer, mas como um corpo que exige explicação.

A visibilidade, neste contexto, não representa apenas reconhecimento, mas também exposição. Tornar-se visível significa também tornar-se alvo de interpretação, julgamento e controle.

Ao mesmo tempo, é precisamente nesta fissura que emergem as possibilidades de transformação. A experiência de não pertencimento, embora marcada por violência e exclusão, também pode operar como ponto de ruptura com a norma, abrindo espaço para a construção de novas formas de existência.

As interlocutoras desta pesquisa, ao narrar suas histórias, não apenas evidenciam os mecanismos de controle que incidem sobre seus corpos, mas também revelam os caminhos através dos quais construíram formas próprias de existir dentro de um sistema que, em muitos momentos, tentou negar sua legitimidade.

A produção dessas narrativas, portanto, não constitui apenas um gesto metodológico, mas um gesto político. Ao registrar e analisar essas experiências, esta pesquisa contribui para a construção de um campo de conhecimento que reconhece os corpos dissidentes não como desvios, mas como expressões legítimas da diversidade humana.

É a partir dessas narrativas que se torna possível compreender, de forma mais aprofundada, como os processos de auto reconhecimento se constituem e como a dissidência emerge não como uma ruptura súbita, mas como um processo gradual, atravessado por memórias, conflitos e descobertas.

4.1 Tornar-se visível: memória, dissidência e os processos de auto reconhecimento

O processo de auto reconhecimento enquanto sujeita dissidente não ocorre de forma linear ou imediata. Trata-se de um movimento gradual, atravessado por experiências de estranhamento, tentativas de adequação, silenciamentos e, posteriormente, pela emergência de novas formas de compreensão de si. Antes de ser nomeada, a dissidência é sentida. Ela se manifesta como desconforto, como inadequação, como uma sensação persistente de deslocamento em relação às expectativas que organizam o mundo social.

As narrativas presentes neste trabalho evidenciam que este processo se inicia, muitas vezes, ainda na infância, quando o corpo passa a ser interpretado e regulado por dispositivos normativos que antecedem a própria consciência da criança sobre si mesma. A infância, frequentemente associada à ideia de neutralidade ou inocência, revela-se, na prática, como um período de intensa regulação, no qual os gestos, as roupas, as brincadeiras e os comportamentos são continuamente monitorados e corrigidos.

A ENTREVISTADA B, ao rememorar esse período, afirma:

Eu comecei a entender certas atitudes que eu tinha na infância, já do interesse em meninas. Porque eu já tive uma dificuldade de ter aproximação, porque sempre eu tinha alguma coisa, um sentimento que para mim era uma amizade, mas que era uma amizade muito forte. E depois na adolescência eu fui entender que aquela amizade não era só uma amizade (ENTREVISTADA B, 2025)

Esta fala evidencia que o incômodo social precede o próprio entendimento da sujeita sobre sua experiência. O corpo dissidente torna-se visível antes mesmo de se tornar inteligível para quem o habita. Trata-se de um processo no qual a diferença é produzida socialmente, a partir de expectativas que estabelecem limites sobre o que é considerado aceitável.

Este processo não ocorre apenas por meio de intervenções diretas, mas também através de mecanismos mais sutis, como o silêncio, os olhares e as ausências. Aquilo que não é nomeado também produz efeitos. Aquilo que não é dito também regula.

Na minha infância, entre os nove e os onze anos, eu era a única menina da rua que gostava de jogar bola. Essa preferência aparentemente simples produzia um deslocamento silencioso: enquanto as outras meninas passavam as tardes fazendo penteados umas nas outras ou costurando pequenas roupas para suas bonecas Barbie, eu me sentia estrangeira naquele universo. Não porque desprezasse aquelas atividades, mas porque elas não despertavam em mim o mesmo entusiasmo. Eu era péssima costurando e ainda pior tentando fazer tranças; para mim, arrumar o cabelo era apenas uma necessidade para ir à escola no dia seguinte, não uma forma de brincadeira. O que realmente me atravessava como alegria era conseguir fazer dez embaixadinhas seguidas sem deixar a bola cair ou ganhar uma partida no futebol de rua em que a recompensa era uma Coca-Cola dividida entre o time vencedor. Essa diferença de interesses

me colocava em uma posição ambígua: eu queria estar perto das meninas, eu gostava delas, admirava suas conversas e suas cumplicidades, mas não me reconhecia nas práticas que organizavam aquele pertencimento. A confusão não era sobre culpa ou rejeição das atividades consideradas “de menina”, mas sobre não encontrar, naquele repertório disponível, algo que me traduzisse.

Essa experiência evidencia como a ausência de referências funciona como um mecanismo potente de regulação. Quando determinadas formas de existência não são representadas ou legitimadas dentro de um grupo, elas tornam-se difíceis de imaginar como possibilidades válidas de pertencimento. O não reconhecimento produz isolamento, mas também produz silêncio, um silêncio que não é vazio, mas cheio de tentativas de compreensão de si mesma diante de um mundo que oferece roteiros restritos para o que significa ser menina. Este silêncio, no entanto, não elimina a experiência. Ele apenas a desloca para o interior do sujeito, onde ela passa a existir de forma muitas vezes fragmentada e não nomeada.

O processo de auto reconhecimento emerge, portanto, não como um momento único, mas como um conjunto de experiências que, progressivamente, tornam possível a elaboração de uma nova compreensão de si. Este processo está profundamente relacionado ao encontro com outras pessoas que compartilham experiências semelhantes, bem como ao acesso a linguagens que tornam possível nomear aquilo que antes existia apenas como sensação. A ENTREVISTADA B relata:

Aí eu fui entender dessas situações mais na adolescência, quando eu comecei a ver mais sobre. Porque também quando criança eu não tinha tanto acesso a isso. E para mim era uma ideia que não era uma ideia que estava aqui próximo. Do que eu via era tipo assim, filme, isso acontecia. Enfim, aí quando eu comecei a entender, foi assim, foi mais na escola mesmo. Mas nem digo escola no ciclo de amigos não. Foi mais na escola de realmente entender conteúdos que os professores falavam que poderia ter a ver. Por exemplo, quando você estava na aula de ciências e acontecia de bater um assunto, eu ficava observando. Olha, isso realmente existe, está por aqui. Não é uma coisa que está longe (ENTREVISTADA B, 2025).

O encontro com o outro, neste sentido, opera como um espelho que torna possível a reorganização da própria experiência. Ver-se no outro permite que aquilo que antes parecia isolado passe a ser compreendido como parte de uma experiência coletiva.

Este processo de reconhecimento não elimina, no entanto, os efeitos produzidos por anos de regulação e vigilância. O corpo, mesmo após o auto reconhecimento, continua sendo um território de disputa. A dissidência, uma vez tornada visível, passa a operar como um marcador social que reorganiza as formas através das quais o sujeito é percebido e tratado. A ENTREVISTADA B evidencia esta dimensão ao afirmar:

E aí, quando aconteceu de eu me assumir lésbica, realmente, as pessoas, no caso, como é que eu posso falar? Os líderes começaram a agir com a indiferença comigo, mesmo que o meu grupo de amigos ali, as pessoas que, no caso, são os ministrados, que a gente chamava no grupo geração, me tratavam normal, viam que eu tinha dedicação, como todos eles, mas as pessoas, os líderes, começaram a agir com exclusão quanto a isso, que eu assumir uma sexualidade já, no caso, já ligava automaticamente de eu estar praticando, que no caso da igreja tem uma crença, no caso, uma regra, né? (ENTREVISTADA B, 2025)

Esta fala evidencia a forma como a dissidência, uma vez reconhecida socialmente, passa a ocupar um lugar central na leitura que os outros fazem do sujeito. O corpo deixa de ser percebido em sua complexidade e passa a ser reduzido a um marcador específico, que reorganiza todas as formas de interação social.

Este processo produz efeitos profundos sobre a experiência subjetiva. Tornar-se visível implica também tornar-se vulnerável. A visibilidade, neste contexto, não representa apenas reconhecimento, mas também exposição.

Ao mesmo tempo, é precisamente essa visibilidade que torna possível a construção de novas formas de existência. O reconhecimento de si enquanto sujeita dissidente não constitui apenas um gesto de nomeação, mas um processo contínuo de reorganização da relação com o próprio corpo, com o espaço e com os regimes de inteligibilidade que definem quais formas de existência são consideradas legítimas. Esse processo não elimina imediatamente os mecanismos de regulação, mas inaugura fissuras que tornam possível habitar o corpo de outras maneiras. Ao reconhecer-se enquanto desfem, passei a experimentar uma ambiguidade persistente entre a sensação de liberdade e um medo difuso que me mantinha em estado constante de vigilância e autodefesa. A nomeação não operou como um ponto de chegada, mas como a abertura de um campo de tensão, no qual afirmar-se implicava simultaneamente existir com mais verdade e expor-se a novas formas de julgamento.

Assim como ocorreu com as interlocutoras, o reconhecimento do termo desfem se deu, para mim, no ambiente digital. Foi no meio virtual que tive acesso, pela primeira vez, a imagens e narrativas de meninas que se afirmavam lésbicas ou bissexuais e que incorporavam, em suas formas de vestir, gesticular e ocupar o espaço, marcas tradicionalmente associadas ao masculino. Não se tratava apenas das roupas que usavam, mas da forma como apresentavam seus corpos ao mundo, o modo como habitavam suas posturas, como organizavam seus cabelos, como vestiam peças que, embora socialmente disponíveis, pareciam não ter sido feitas para corpos como os nossos. Havia nelas uma coerência corporal que me era ao mesmo tempo familiar e distante: familiar porque traduzia algo que eu já sentia, distante porque eu ainda não me autorizava a existir daquela forma.

A experiência de comprar roupas sempre foi, até então, atravessada por desconforto e inadequação. Esse ritual acontecia quase sempre na presença da minha mãe, que reconhecia que os vestidos não me serviam, mas não concebia a possibilidade de que eu pudesse desejar as roupas da seção masculina. As camisetas largas, as calças de corte reto e os tecidos menos aderentes ao corpo permaneciam como possibilidades interditadas. Em seu lugar, eu levava comigo blusas floridas, ajustadas, e shorts que comprimiam o corpo em uma tentativa de produzir uma feminilidade legível. A roupa operava, nesse contexto, como um instrumento de regulação, não apenas da aparência, mas da própria possibilidade de reconhecimento social. Com o tempo e com a conquista gradual de alguma independência financeira, passei a comprar minhas roupas sozinha. Esse gesto, aparentemente banal, carregava uma dimensão profundamente política: vestir-se tornou-se uma forma de reivindicar a autoridade sobre o próprio corpo. Ainda assim, evitava mostrar à minha mãe o que havia comprado, antecipando o julgamento que reafirmaria sua posição como guardião de uma estética considerada correta.

Foi apenas aos vinte e dois anos que pude, pela primeira vez, experimentar uma sensação mais plena de coerência entre corpo e existência. Vestir-me, andar, falar e usar o cabelo como desejava tornou-se possível não porque as estruturas de regulação haviam desaparecido, mas porque eu havia construído condições mínimas de autonomia que me permitiam tensioná-las. O corte de cabelo, que à época era chamado de “Joãozinho”, constituiu um marco

simbólico desse processo. O próprio nome do corte carregava uma dimensão generificada que revelava o quanto determinadas formas de apresentação corporal permaneciam associadas ao masculino. Posteriormente, a circulação do termo pixie cut, já amplamente utilizado em outros contextos, contribuiu para deslocar parcialmente essa associação, evidenciando como as nomeações participam da produção de inteligibilidade dos corpos. Cortar o cabelo não foi apenas uma mudança estética, mas um gesto de reinscrição corporal, um modo de produzir, na materialidade do corpo, uma existência que até então havia permanecido restrita ao campo da imaginação.

Esse movimento, no entanto, não ocorreu sem conflito. Ele implicou perdas, deslocamentos e enfrentamentos que atravessaram relações afetivas, familiares e sociais. A construção de uma existência dissidente não se dá em um vazio normativo, mas em constante negociação com estruturas que buscam reiteradamente restaurar a ordem. Ainda assim, é nesse espaço de tensão que novas possibilidades de existência emergem. Ao habitar o corpo de forma menos regulada pelas expectativas normativas, torna-se possível não apenas existir de maneira mais coerente consigo mesma, mas também produzir, para outras, novas referências de possibilidade. A memória, neste contexto, opera como um elemento central. É através dela que se torna possível reorganizar a própria trajetória, reinterpretando experiências passadas à luz de novas compreensões. A memória não é apenas um registro do que aconteceu, mas um campo ativo de produção de sentido.

Ao narrar suas histórias, as interlocutoras não apenas recuperam eventos passados, mas produzem novas formas de compreender esses eventos. O passado é reorganizado a partir do presente.

Este processo evidencia que a dissidência não constitui apenas uma identidade, mas um processo contínuo de construção de si. Trata-se de um movimento que envolve não apenas o reconhecimento de quem se é, mas também a construção ativa de formas de existir em um mundo que, muitas vezes, nega essa possibilidade.

As narrativas analisadas nesta seção evidenciam que tornar-se visível é, simultaneamente, um processo de exposição e de afirmação. Se, por um lado, a visibilidade amplia os mecanismos de vigilância, por outro, ela também torna possível a construção de formas de resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de reconhecimento e afirmação de si enquanto sujeitas dissidentes, conforme evidenciado nas entrevistas realizadas, não ocorrem de forma isolada, mas se constroem em meio a experiências de estranhamento, deslocamento e negociação constante com os espaços sociais que essas sujeitas habitam. A entrevistada A, ao resgatar sua experiência escolar, afirma:

Na escola, é... eu me sentia diferente né, só que minha relação com as outras pessoas era de boa. Por causa do meu jeito, eu ficava me comparando com as outras meninas e eu via que não era igual, o modo de se vestir, do querer se vestir, eu tentava até me vestir igual as outras meninas só que eu não gostava. (ENTREVISTADA A, 2025)

Esse relato evidencia que o reconhecimento da diferença emerge inicialmente como uma experiência corporal e relacional, manifestada na percepção de que existe um descompasso entre si e as expectativas associadas ao corpo feminino. A tentativa de “se vestir igual as outras meninas” revela a operação da norma enquanto mecanismo de regulação que atua não apenas por imposição direta, mas também por meio da comparação, produzindo sujeitos que aprendem a observar a si mesmos a partir de parâmetros externos.

De forma semelhante, a Entrevistada B descreve que seu processo de compreensão de si não ocorreu de forma imediata, mas foi construído ao longo do tempo, especialmente na adolescência:

Eu comecei a entender certas atitudes que eu tinha na infância, já do interesse em meninas. Porque também quando criança eu não tinha tanto acesso a isso. E para mim era uma ideia que não era uma ideia que estava aqui próximo (ENTREVISTADA B, 2025)

A ausência de referências aparece, nesse contexto, como um elemento central na produção do não reconhecimento. Quando determinadas formas de existência não são visíveis, elas permanecem fora do campo do pensável. A inexistência de linguagem e de representação não impede que essas experiências existam, mas impede que elas sejam imediatamente compreendidas como possibilidades legítimas de existência.

Esse processo de reconhecimento está profundamente articulado ao acesso a outras narrativas e imagens que tornam possível nomear experiências anteriormente vividas de forma difusa. A entrevistada B afirma:

Aí eu comecei a ir atrás para entender melhor e saber mais. Aí começou a vir a mim esse tipo de conteúdo. Aí vinham filmes, vinham séries que eu poderia assistir. Que eu poderia ter acesso a esse tipo de conteúdo para entender e tal. Enfim, né? Adrentar mais no universo para me sentir mais ali. Entendeu? (ENTREVISTADA B, 2025).

A ausência de outras pessoas com quem compartilhar essas experiências evidencia o caráter solitário que frequentemente marca esse processo. O reconhecimento de si não ocorre apenas como um processo interno, mas depende da existência de outras pessoas, narrativas e imagens que tornem possível compreender essa experiência como algo compartilhado.

Ao mesmo tempo, a afirmação dessa identidade produz deslocamentos nas relações familiares e sociais, especialmente quando passa a se manifestar de forma visível no corpo. A entrevistada B relata:

Assim, nesse momento de entendimento, não. Houve quando eu comecei a realmente expressar não feminilidade, né? No caso. Quando isso começou a acontecer, aí houve realmente... Que isso já foi no meu ensino médio (ENTREVISTADA B, 2025)

A visibilidade da dissidência corporal opera, nesse sentido, como um ponto de inflexão. Enquanto permanece invisível, a dissidência pode coexistir com as expectativas normativas. No entanto, quando passa a se manifestar por meio da aparência, da forma de vestir e da apresentação corporal, ela se torna objeto de regulação e conflito.

Esse momento é descrito pela entrevistada B como um processo diretamente relacionado à construção de autonomia sobre o próprio corpo:

Foi quando eu estava no ensino médio e eu cortei o cabelo. Aí eu comecei a ter mais autonomia para escolher minhas roupas, enfim. Formar mesmo um estilo que eu gostava e me identificava. Aí aconteceu de ter uma mudança de tratamento (ENTREVISTADA B, 2025)

O corte de cabelo e a escolha das roupas emergem, nesse contexto, não apenas como decisões estéticas, mas como práticas de construção de si. O corpo deixa de ser exclusivamente um espaço de regulação externa e passa a se tornar também um espaço de afirmação.

Esse processo, no entanto, não ocorre sem conflito. A entrevistada B descreve esse momento como profundamente atravessado por tensões: Apesar de no momento que aconteceu a quebra, assim, né? De expectativa. Ter sido muito difícil, porque também era um adolescente, né? Conhecendo o mundo, conhecendo a vida. Me dando a cara a tapa para assumir isso. Foi difícil. No sentido de tipo, ocorrer muitas brigas. Mas nunca chegou a um momento de ser uma expulsão de casa. Ou uma agressão física. Uma agressão física, graças a Deus, nunca chegou. Só mais conflitos mesmo. Conflitos, direto. Enfim, discussões, né? (ENTREVISTADA B, 2025)

Esse relato evidencia que a afirmação de uma existência dissidente não implica apenas transformação interna, mas também reconfiguração das relações sociais. O conflito emerge como efeito direto da ruptura com as expectativas normativas previamente estabelecidas.

As experiências relatadas pelas entrevistadas evidenciam que o corpo dissidente é produzido no entrelaçamento entre regulação e resistência. O reconhecimento de si enquanto sujeita dissidente não elimina imediatamente os efeitos da norma, mas inaugura um processo de negociação contínua com os limites impostos por ela. Ao mesmo tempo em que esses corpos são regulados, eles também produzem novas formas de existência que desafiam as estruturas que buscam contê-los.

Nesse sentido, a construção de si emerge como uma prática cotidiana, que se manifesta em gestos aparentemente simples, como escolher uma roupa, cortar o cabelo ou reconhecer-se em outras narrativas. Esses gestos, embora frequentemente invisibilizados, constituem formas concretas de resistência, por meio das quais essas sujeitas produzem novas possibilidades de existência.

As trajetórias das entrevistadas A e B evidenciam que existir enquanto corpo dissidente não é apenas uma condição imposta pela diferença, mas um processo ativo de construção de si. É nesse processo que esses corpos deixam de ocupar exclusivamente o lugar de objeto da norma e passam a afirmar-se como sujeitos de sua própria existência.

6 REFERENCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Local de publicação: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, G. L. (Org.) O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. 2. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Edson Ferreira da. A existência como projeto vital em Ortega y Gasset. Argumentos – Revista de Filosofia, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 41-44, jan./jun. 2009. Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3482/1/2009_Art_EFCosta.pdf Acesso em: 12 de junho 2025.

COSTA, Edson Ferreira da. A dimensão biográfica da vida humana na filosofia raciovitalista de José Ortega y Gasset. 2019. 171 f. Tese (Doutoramento em Filosofia) — Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Fortaleza, 2019.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrevivência: a escrita de nós – reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

HARAWAY, Donna. **Saberes situados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

- HALBERSTAM, Jack. **Masculinidad femenina**. Madrid: Egales, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020. 176 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Imperatriz (MA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/imperatriz.html>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Brasília: PNUD/Ipea/FJP, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 27 ago. 2025.
- NUNES, Isabella Rosado (org.). Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020b.
- ORTEGA T GASSET, J. Meditación de la técnica. Madrid: Espasa – Calpe, 1965.
- LAURETIS, Teresa de. Gênero e teoria queer. Albuquerque: revista de História, Aquidauana, v. 13, p. 12, n. 26, jul./dez. 2021. Acesso em: 15 abr. 2026.
- LOURO. Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. (org.) Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LOURO. Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação**. Porto: Porto Editora, 2000.
- LORDE, Audre. Irmã outsider: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 369–388.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas**. Trad. de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017.

MARTINS, Heloísa Toller Gomes; SILVA, Marina Lacerda da. Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/40596351>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SILVA, D. da C. P. Queer: o insulto, os movimentos e as linguísticas. Revista da ABRALIN, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 1–5, 2020. DOI: 10.25189/rabralin.v19i2.1482. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1482>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2010.

VALENCIA, S., VILELA, F. M., & AXT, B. (2023). **Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Glocal**. Caderno Espaço Feminino, 36(1), 14–35.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 1980.

7 ANEXOS

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CORPOS VISÍVEIS: experiências de mulheres queer desfeminilizadas.

Pesquisador: Amanda Silva Araujo

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 82589324.0.0000.5087

Instituição Proponente: Centro de Ciências de Imperatriz

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 8.007.685

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem como objetivo, desenvolver uma pesquisa acerca das experiências de mulheres desfeminilizadas, tendo como foco uma leitura do corpo. Informo que, como mulher lésbica com corpo desfeminilizado estou profundamente envolvida nessa pesquisa e lanço mão de minhas experiências e de minha memória nessa escrita, além de contar com outras interlocutoras como pontuarei mais a frente. A questão central que orienta essa pesquisa é Como corpos desfeminilizados atravessam e são atravessados em uma sociedade orientada pelo padrão heteronormativo? Nesse sentido, nosso objetivo é compreender as experiências de mulheres desfeminilizadas em uma sociedade orientada pelo padrão heteronormativo.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender as experiências de mulheres desfeminilizadas em uma sociedade orientada pelo padrão heteronormativo.

Objetivo Secundário:

- Compreender do ponto de vista teórico a relação entre corpo e poder, com vistas a uma definição do que seria um corpo desfem.
- Identificar do ponto de vista teórico e por meio da narrativa das interlocutoras quais são os marcadores sociais que distinguem um corpo feminino de um corpo masculino e mensurar as "penalidades" aos quais se expõe os corpos que cruzam a fronteira da heteronormatividade.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 8.007.685

- Discutir os limites vivenciados por mulheres desfeem ao apresentarem corpos destoante dos padrões heteronormativos.
- Compreender as experiências e vivências das interlocutoras por meio de suas narrativas com ênfase nas dimensões do corpo e da sexualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A possibilidade de riscos na pesquisa é mínima, como possível desconforto em responder alguma questão ou constrangimento ao recordar de situações que lhes foram violentas no passado.

Benefícios:

Probabilidade de conquistas e direitos políticos e sociais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

- O projeto é muito relevante porque aborda uma temática pouco explorada: os corpos desfeminizados e suas experiências em uma sociedade heteronormativa. Isso já coloca sua pesquisa em diálogo com debates contemporâneos sobre gênero, sexualidade e corpo.
- A escolha de partir da experiência situada da pesquisadora fortalece a perspectiva de pesquisa autoetnográfica ou decolonial, valorizando saberes corporificados e memórias pessoais.
- A questão central está bem formulada e abre espaço para uma análise crítica das normas sociais e dos marcadores de gênero.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As pendências contidas no TCLE foram atendidas. Assim O TCLE atende às exigências da Resolução 466/2012, contemplando todos os elementos obrigatórios: objetivos, procedimentos, riscos, benefícios, garantias éticas, aprovação pelo CEP e consentimento formal.

Os pesquisadores apresentaram o documento com a JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE LOCAL DE COLETA DE DADOS EM PESQUISA. Folha de Rosto. Orçamento e Cronograma.

Recomendações:

Recomenda-se atualizar o cronograma, para atender ao proposto na Resolução 466/2012 em relação ao início da coleta de informações após a aprovação no CEP.

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 8.007.685

Recomendo que os riscos e benefícios sejam escritos da mesma forma que no TCLE:

Riscos

A participação poderá gerar desconforto emocional, devido à lembrança de experiências pessoais sensíveis, e eventual gasto com deslocamento até o local da entrevista. Para minimizar esses riscos, a pesquisadora garantirá que as entrevistas ocorram em ambiente reservado e seguro, respeitará os limites da participante, que poderá interromper a entrevista a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização, e assegurará a confidencialidade total dos relatos. Caso algum desconforto persista, a participante será orientada a procurar apoio especializado.

Benefícios:

Enquanto benefícios às entrevistadas, A pesquisa não oferece benefícios financeiros ou materiais diretos à participante. Entretanto, poderá proporcionar benefícios indiretos, como a possibilidade de reflexão e ressignificação de vivências pessoais, valorização de suas experiências, além da contribuição para o fortalecimento da discussão acadêmica e social sobre os direitos e a visibilidade de mulheres queer desfeminilizadas. Além do mais a pesquisa pode corroborar para a criação de políticas públicas e iniciativas públicas de proteção às pessoas queer, o que atinge positivamente a todas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Vide o campo "Recomendações".

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto preencheu todos os requisitos obrigatórios indicados pelas legislações éticas vigentes.

3

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2355276.pdf	04/11/2025 08:13:05		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo.pdf	04/11/2025 08:11:51	Amanda Silva Araujo	Aceito
Outros	Justificativa.pdf	18/07/2024 17:03:07	Amanda Silva Araujo	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/07/2024	Amanda Silva	Aceito

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado
Bairro: Bacanga **CEP:** 65.080-805
UF: MA **Município:** SAO LUIS
Telefone: (98)3272-8708 **E-mail:** cepufma@ufma.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO - UFMA



Continuação do Parecer: 8.007.685

Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	16:39:37	Araujo	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_29_assinado_assinado.pdf	02/07/2024 12:25:27	Amanda Silva Araujo	Aceito
Orçamento	_custos.pdf	20/06/2024 22:13:16	Amanda Silva Araujo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	20/06/2024 21:47:27	Amanda Silva Araujo	Aceito
Cronograma	cronograma.docx	20/06/2024 21:42:42	Amanda Silva Araujo	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO LUIS, 27 de Novembro de 2025

Assinado por:
Flávio de Oliveira Pires
(Coordenador(a))

4

Endereço: Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho Cidade Universitária Dom Delgado

Bairro: Bacanga

CEP: 65.080-805

UF: MA

Município: SAO LUIS

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

1 - Identificação da Entrevistada

Nome completo:

Idade:

Grau de instrução:

Ocupação atual:

Local de residência (bairro/cidade):

2 - Com quem você mora atualmente?

3 - Como é a sua relação com seus pais, irmãos e demais familiares?

4 - Houve mudanças nessas relações ao longo do tempo em função da sua identidade de gênero ou sexualidade?

5 - Como foi sua experiência na escola durante a infância e adolescência? Você se sentia diferente das outras pessoas? De que forma?

6 - Você já participou ou participa de alguma igreja/religião?

7 - Como foi essa experiência em relação à sua sexualidade e identidade de gênero?

8 - Como você se compreende em relação à sua identidade de gênero e à sua sexualidade?

9 - Houve algum episódio marcante nesse processo de descoberta?

10 - Quais foram os principais medos, dificuldades e conquistas nesse percurso?

11 - Você percebe mudanças no modo de se vestir, se comportar ou se expressar a partir do momento em que começou a se reconhecer enquanto LGBTQIAP+?

12 - Como você se identifica em termos de estilo (ex.: feminina, masculinizada, desfem)?

13 - De que forma o estilo impacta na forma como as pessoas te percebem?

14 - Que significados você atribui aos termos utilizados dentro da comunidade (ex.: sapatão, caminhoneira, desfem, etc.)?

15 - Quais experiências profissionais você já teve?

16 - Qual é a memória mais marcante da sua infância ou adolescência relacionada à sua sexualidade?